

Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 33

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ANFIP

Sessões do Carf podem ser anuladas com decisão do STJ 4

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

Desoneração - APOSENTADOS 6

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A desoneração da folha de pagamentos 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Sem esperança de reajuste 8

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Destaques da semana: Gonet na PGR, promulgação da reforma tributária e Orçamento de 2024 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regulamentação da reforma terá escolha entre mais tratamentos diferenciados ou alíquota menor do IVA 11

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso nacional deve promulgar reforma tributária nesta semana 13

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após mais de 40 anos, Brasil terá nova tributação; veja o que muda 15

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPERAÇÃO CAÇADA REAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária desafiará os municípios a melhorarem (Artigo) 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Conseguimos uma boa reforma", diz Fleury 17

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Serviços poderão ficar mais caros com reforma tributária 19

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como será a tributação diferenciada para bancos, imóveis, plano de saúde e combustíveis na reforma tributária (Reforma tributária) 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança favorece organização mais eficiente da produção, diz Castelar 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Pressão para manter nova regra de tributo	26
VALOR ONLINE - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Mudança é histórica e foco agora é a regulamentação	27
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Na última semana, em busca de novas vitórias	29
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
"O que existe de fraude é muito mais do que a gente vê"	30
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Câmara dos Deputados deve votar pautas orçamentárias nesta semana	33
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Congresso deve votar Orçamento até quinta	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Brasil ainda longe do crescimento sustentado	36
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Fim do ano legislativo positivo para a economia	39
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO	
Governo estuda celeridade nas nomeações	41
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA POLÍTICA	
Lula se aproxima do STF para compensar dificuldades no Congresso, diz cientista político	43
DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Documentação em ordem pode acelerar pedido de aposentadoria	45
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
"Uma "Argentina" aposentada em 2024"	47
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Carlos Lupi calcula que Brasil terá uma Argentina aposentada em 2024	51
AGÊNCIA BRASIL - GERAL SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6	54
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Seminário debate mudanças nos JCP e como elas podem afetar as empresas	56
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Correio promove debate sobre os rumos do país	58

VALOR ONLINE - MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Franklin Templeton, 2024 será positivo para emergentes60

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Queda da Selic deve dar novo fôlego a pagamento de proventos na Bolsa 62

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Corte na Selic chega às famílias e favorece consumo 64

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CVM prepara novas mudanças para os fundos 65

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Devo declarar no Brasil ação recebida no exterior? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO 67

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Selic já poderia estar abaixo de 10%, diz Legacy 68

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

América Latim deve continuar numa dinâmica de baixo crescimento em 2024 70

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Pequena indústria piora em 2023, mas vê ano que vem com otimismo 72

Sessões do Carf podem ser anuladas com decisão do STJ

Uma decisão da ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pode levar a pedidos de anulação de julgamentos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Ao estabelecer, na sexta-feira, multa de R\$ 1,35 milhão aos auditores fiscais em greve, afirmou que estariam descumprindo liminar que exigia quórum mínimo nas sessões do órgão. Para ela, equivaleria a ter o mesmo número de representantes dos contribuintes e da Fazenda-o que nem sempre ocorre normalmente nos julgamentos do **Carf**.

"A previsão de composição paritária tem o objetivo de estabelecer uma igualdade material nos julgamentos, sob pena de comprometer-se as próprias natureza e finalidade do **Carf**", diz a ministra na decisão. "A ausência dos conselheiros auditores fiscais implica a impossibilidade de funcionamento adequado dos órgãos colegiados." Essa afirmação, segundo advogados e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), é argumento para a derrubada de decisões do **Carf**. Leva, afirma a entidade em nota enviada ao Valor, ao perigo da "anulação de centenas ou milhares de julgamentos já realizados, em valores de bilhões de reais".

Ainda segundo o sindicato, a tese de que deve haver paridade é antiga e já foi submetida pelos contribuintes ao Judiciário. Porém, sem sucesso. "A guinada interpretativa feita pela União Federal, em relação aos requisitos de validade dos julgamentos, vulnerabiliza todos os créditos tributários em que não tenha havido paridade", diz.

O tema chegou ao STJ porque a Advocacia-Geral da União (AGU) propôs uma ação inibitória um dia depois do início da greve, em 20 de novembro. No pedido, o órgão afirma que, segundo informações da **Receita Federal**, o impacto da greve sobre serviços essenciais poderá prejudicar o alcance da meta fiscal zero em 2024.

Foi concedida liminar pela ministra e, agora, multa por descumprimento. No entanto, no entendimento da entidade, a imposição judicial foi cumprida. Para o sindicato, o quórum necessário ao funcionamento do **Carf** é de cinco conselheiros em cada turma ordinária de oito (maioria absoluta).

Caio Quintella, ex-conselheiro da Câmara Superior do

Carf e titular da Nader Quintella Consultoria, considera "lamentáveis" os desdobramentos no **Carf** do enfrentamento da greve dos auditores. "Pela primeira vez, a própria União [AGU] decidiu litigar contra os auditores", diz.

A paridade numérica nos colegiados do **Carf**, segundo Quintella, nunca tinha sido tomada como obrigatória. Por isso, o advogado acredita que "há uma semente para a judicialização". "No mínimo teria que ser esclarecido porque agora é requisito de validade e de funcionamento", afirma.

De acordo com a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco), a maioria das sessões acontece sem o quórum paritário - entre de 60% a 70% dos casos, mesmo com a existência de suplentes. Muitas vezes, afirma o presidente da entidade, Mauro Silva, que já foi conselheiro do **Carf**, não há nem suplentes para chamar, porque as confederações não os indicam. "A decisão da ministra do STJ põe em risco dezenas de bilhões de crédito tributário." Cristiane Costa, sócia do Escritório Urbano Vitalino Advogados e ex-vice-presidente do **Carf**, entende que a alegação da própria Advocacia-Geral da União, que induziu a ministra na tomada de decisões, poderá auxiliar empresas a questionar julgamentos no **Carf** sem composição paritária.

"Preocupa que a definição de bônus dos auditores fiscais, prometido há muitos anos por diferentes governos, chegue ao ponto de causar debate judicial entre governo e sindicato", diz ela, acrescentando que "há a possibilidade de renúncia de experientes conselheiros da Fazenda que compõe o **Carf**, o que pode significar uma nova alteração de jurisprudência e instabilidade no sistema tributário nacional".

O julgamento de processos no **Carf** é uma das principais medidas de arrecadação previstas pelo governo para tentar zerar o déficit primário no ano que vem. O governo conta com R\$ 54,7 bilhões em 2024 com o retorno do voto de qualidade a favor da Fazenda. O valor é 32% do total que precisa ser arrecadado para que as receitas fiquem em equilíbrio com as despesas, conforme meta estabelecida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Procurada pelo Valor, a AGU preferiu não comentar a

questão.

"A ausência dos auditores impossibilita o funcionamento adequado do órgão" Regina H. Costa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187743>

Desoneração - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

A **Previdência Social**, mais uma vez, tem a arrecadação de recursos financeiros reduzida. A desoneração da folha de pagamento é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% por alíquotas de 1% a 4,5%.

Além da sangria que sofre com a subtração de recursos pela Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU, mais se enfraquece a **Seguridade Social**, repetimos, impedindo que as áreas da saúde, da previdência e da assistência social, cumpram, efetivamente, as atribuições de suas competências. Aposentados e pensionistas clamam por evitar essa ocorrência que somente prejuízos causam ao Regime Geral de **Previdência Social**.

SOLUÇÃO Os poderes Executivo e Legislativo (Congresso Nacional) têm que encontrar a solução para corrigir esse malfeito. Não é possível que, em dezenas de anos, se retire recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social** para atender outros programas governamentais. A sangria, como dissemos é insuportável, prejudicando milhões de cidadãos e cidadãos brasi leiros que são impedidos de receber seus proventos ajustados regularmente na conformidade estabelecida na legislação previdenciária. Reitera-se: de acordo com os dispositivos constitucionais, artigos 193 a 204, a **Seguridade Social** é composta das áreas de saúde, previdência e assistência social.

ANÁLISE A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e Fundação Anfip de Estudos Tributários e da Seguridade Social, anualmente fazem uma análise detalhada dos recursos financeiros arrecadados nessa conta, mostrando, minuciosamente, as receitas, despesas e aplicação de recursos. Nessa análise, verificam-se as distorções ocorridas em prejuízo irrefutável às áreas de saúde, previdência e assistência social. É um documento de importância vital para que saibamos exatamente como funciona e como se dispõem os recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social**. Os nossos representantes no Congresso Nacional deveriam ser os primeiros a tomar conhecimento dessa publicação.

PREJUÍZO Aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) não se conformam e protestam com veemência que se retire, transfira ou subtraia recursos financeiros do

Orçamento da **Seguridade Social**, exigindo a aplicação exclusiva no que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Haveremos de ter o reconhecimento dos nossos representantes, deputados federais e senadores, para que a nossa conta **Seguridade Social** tenha a exclusividade na aplicação dos seus recursos. Para isso acontecer, basta a eliminação definitiva da famigerada DRU ou qualquer outra forma de retirada utilizada sem a respectiva e devida reposição de valores.

SINALIZAÇÃO Não tivemos até o momento a sinalização de que haverá harmonia entre os três poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. A dificuldade de harmonização, conforme estabelecido na Carta Magna, parece-nos distante de acontecer. No entanto, aposentados, pensionistas, pessoas idosas e toda a população brasileira estão na expectativa de ver, assistir essa grande conquista que poderá ser realizada através do diálogo franco, responsável e com o propósito firme de fortalecer o relacionamento dos poderes e do Estado Democrático de Direito. A sociedade brasileira pugna por esse acerto que beneficiará todos, sem distinção. Seria um feito extraordinário alcançá-la.

APOSENTADORIA Os aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), não descansam em se manifestar sobre a defasagem que sofrem em seus proventos. Fazem-se mudanças nas regras previdenciárias, entretanto, não se corrige corretamente os valores pagos a título de aposentadorias e pensões. Não é possível a ausência de sensibilidade para verificar que cidadãos e cidadãos brasileiros estão sendo privados de viver com dignidade e qualidade de vida.

ORAÇÃO "Pela oração subimos até Jesus; porém, pelo amor ao próximo e pela caridade é que Jesus desce até nós" (Santo Agostinho).

Site: <http://www.oliberaldigital.com.br/> Flip

A desoneração da folha de pagamentos

Alexandre Rands Barros *

A semana teve de volta discussões sobre a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores. Qualquer tratamento diferenciado nos custos tributários ou previdenciários deve ser sempre analisado com muita atenção. Para que a sociedade abra mão de recursos, há necessidade de uma boa compreensão do que seriam ganhos efetivos com esse custo, sejam eles pecuniários ou apenas em justiça. O ministro Haddad tem se mostrado bem consciente desse princípio, apesar de escorregar algumas vezes na ânsia arrecadatória exagerada. Falhou quando inverteu a lógica da democracia e tomou algumas medidas que põem o Estado acima da sociedade, como foi a mudança da regra de desempate no **CARF**. Vale analisar se a recomendação do veto à desoneração foi adequada.

No caso da desoneração, os resultados para a sociedade não são sempre os mesmos. A justificativa de que vai gerar empregos muitas vezes é falha. Os empregos nos setores beneficiados podem ser gerados independentemente da redução de custo. Apenas a sociedade teria preços relativos diferentes. Um setor que era desonerado e passa a ser onerado terá seus preços relativos elevados. Possivelmente, com baixíssima redução de emprego. Alguns setores, contudo, podem realmente sofrer queda no seu nível de empregos e esse não vai para outros setores de imediato. Calçados, confecção e vestuário, têxtil, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, comunicação e proteína animal são setores que podem sofrer concorrência internacional. Então, seus aumentos de custos podem levar a substituições de seus produtos por importados. Mas a economia tende a se ajustar e, no médio e longos prazos, esses empregos são recuperados em outros setores.

Há alguns setores, contudo, que são fornecedores para outros setores, cuja desoneração neles reduz custos também nesses outros setores. Com isso, aumenta a produtividade da economia como um todo. A geração de emprego neles, mesmo que substituindo outros já existentes dentro das empresas que os contratam, eleva a produtividade. Call centers, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, TI e TIC são exemplos desse caso. A desoneração deles aumenta a renda de forma permanente no país, além de aumentar o emprego nos curto e longo prazos, pois reduzem a disparidade de expectativa salarial e realidade encontrada no

mercado de trabalho. Todos ficam um pouco mais ricos. Transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas também se enquadram nessa categoria.

Então, percebe-se que vetar a desoneração simplesmente, por motivos arrecadatórios, como parece ter sido o caso, não foi uma medida adequada. Apesar de o momento de queda da **inflação** ser propício para eliminar "subsídios", a escolha poderia ter sido por selecionar setores cujo fim da desoneração seria uma medida adequada e reduzi-la/eliminá-la. Para os demais, dever-se-ia estender o prazo de desoneração. Manter a desoneração para todos também não foi a melhor medida.

* Economista

O ministro Haddad tem se mostrado bem consciente desse princípio, apesar de escorregar algumas vezes na ânsia arrecadatória

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2023/12/a-desoneracao-da-folha-de-pagamentos.html>

Sem esperança de reajuste

Rosana Hessel

Após reinstalar a Mesa Nacional de Negociação Permanente para discutir reajustes salariais, em fevereiro, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) vai coordenar, nesta segunda-feira, a última reunião do ano com representantes de servidores federais. A expectativa dos sindicalistas, apesar da promessa do governo em apresentar uma proposta de reajuste salarial para 2024, é muito baixa.

O presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, não demonstra muita esperança em uma proposta de reajuste vinda do Executivo. "Será a 6ª reunião da Mesa no ano, e não há expectativa de que o governo vá apresentar uma proposta, ainda que esse compromisso tenha sido assumido pelo MGI na reunião de novembro. Então, tanto a pauta remuneratória quanto os pleitos não salariais devem seguir sem definição", lamentou.

O encontro deve começar às 14h30. Nas redes sociais, o presidente do Fonacate garantiu que, caso o governo não apresente uma proposta, "as paralisações das carreiras devem aumentar".

No último dia 12, o Fonacate e o Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasefe) organizaram um ato nacional pelo reajuste salarial, com paralisação de duas horas.

"O protesto ocorreu diante da protelação indefinida da Mesa de Negociação", explicou Marques.

Na avaliação dele, o governo errou ao alimentar expectativas de solução em 2023. "Gerou apenas frustração dos servidores", frisou.

Na sexta-feira, técnicos do MGI se reuniram para tentar fechar uma proposta, mas não conseguiram chegar a uma sugestão que possa agradar aos servidores.

Em reuniões anteriores, o MGI informou que tinha disponível R\$ 1,5 bilhão para o reajuste dos servidores federais em 2024, o suficiente apenas para um reajuste linear de 1%, lembrou o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fabio Faiad. "É muito pouco. Permitirá a reestruturação de poucos órgãos. Os técnicos do governo disseram que trabalham para conseguir

recursos, mas estamos pessimistas."

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/18/all.pdf>

Destaques da semana: Gonet na PGR, promulgação da reforma tributária e Orçamento de 2024

Brasília

**/
Do R7, em Brasília**

A posse de Paulo Gonet no cargo de procurador-geral da República e a votação do Orçamento de 2024 no Congresso Nacional devem ser os principais destaques desta semana no cenário político nacional. Gonet toma posse na segunda-feira (18), às 10h, em uma solenidade que vai contar com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A indicação de Gonet foi feita pelo chefe do Executivo federal e aprovada pelo Senado no último dia 13, após sabatina que durou cerca de 10 horas.

O decreto de nomeação de Gonet no cargo foi publicado na sexta-feira (15). Ele fica na cadeira de procurador-geral da República por dois anos, com a possibilidade de prorrogar o mandato por mais dois anos.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve promulgar a **reforma tributária** na quarta-feira (20). A emenda constitucional foi aprovada pela Câmara dos Deputados em dois turnos na última sexta-feira (15), em sessão que durou mais de sete horas.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Pelo texto da reforma, o sistema de tributação brasileiro será simplificado, passando a ter dois **impostos** em vez de cinco. ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins serão substituídos pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - subdividido em Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - e pelo Imposto Seletivo (IS).

Além disso, a proposta prevê a criação da cesta básica nacional isenta de imposto, uma trava para a carga tributária e um regime diferenciado para profissionais liberais, como advogados, engenheiros, contadores e médicos. As novas alíquotas serão implementadas totalmente apenas em 2033.

Os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avaliam a realização de duas sessões do Congresso Nacional nesta semana para a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). O provável é que as sessões ocorram na quarta-feira (20) e na quinta-feira (21). O recesso parlamentar começa no dia 23.

A LDO foi aprovada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) na última quarta-feira (13). Ela é necessária para a elaboração da LOA, o documento em que é previsto todo o orçamento do governo - receitas, despesas e investimentos - para o ano seguinte.

Durante a discussão do parecer final do projeto da LDO, o relator, Danilo Forte (União-CE), incluiu a meta de déficit primário zero para o próximo ano, com limitação do bloqueio de verbas de ministérios em caso de risco de descumprimento da meta. Além disso, ele fez alterações no rito de pagamento de emendas parlamentares - entre elas, instituiu a obrigação do governo federal de empenhar as emendas parlamentares impositivas de 2024 ainda no primeiro semestre do ano.

O empenho é a etapa na qual o governo reserva o dinheiro que será pago ao Congresso e é a última fase do planejamento antes do pagamento efetivo do recurso.

Existem quatro tipos de emendas: as individuais, pagas a projetos indicados por senadores e deputados, e têm pagamento obrigatório por parte do governo; as de bancada, que são coletivas e destinadas às bancadas estaduais ou regionais; as de comissão, que também são coletivas, destinadas às comissões temáticas da Câmara e do Senado; e as de relator, feitas pelo deputado ou senador escolhido para

produzir o relatório final sobre o Orçamento. Todas as emendas são submetidas à votação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Inicialmente, o relator impôs um cronograma para o empenho das emendas de comissão. No entanto, acabou desistindo da ideia após negociação com a bancada governista. Isso porque o dispositivo iria tornar as emendas impositivas - atualmente, elas não têm pagamento obrigatório. Caso fosse levada adiante, a medida faria com que governo perdesse um instrumento de negociação com o Congresso em votações relevantes.

Os deputados devem votar também nesta semana o projeto de lei que regulamenta as apostas esportivas. A matéria é uma das prioridades da equipe econômica do governo federal, que espera aumentar a arrecadação de **impostos** para cumprir a meta de déficit zero no próximo ano. A regulamentação tem potencial para arrecadar cerca de R\$ 2 bilhões em 2024.

O texto já passou pela Câmara, mas como passou por mudanças no Senado, precisa voltar à análise dos deputados. Um dos pontos mais sensíveis tem a ver com a inclusão dos cassinos on-line na regulamentação - as chamadas bets.

O trecho foi retirado pelos senadores, que alegaram que a regulamentação das bets seria uma espécie de legalização dos cassinos no Brasil. A expectativa é que os deputados derrubem a decisão dos senadores e mantenham os cassinos on-line na regulamentação.

Pelo projeto de lei, as empresas operadoras de apostas serão tributadas em 12% da receita líquida (após descontado o pagamento dos prêmios). Já os apostadores premiados pagarão Imposto de Renda quando o valor recebido for acima de R\$ 2.112. Além disso, as casas de apostas que desejam operar no Brasil deverão pagar uma licença de até R\$ 30 milhões ao Ministério da Fazenda, e a outorga será válida por até cinco anos.

A arrecadação do tributo será destinada ao turismo, segurança pública, esporte, educação e saúde.

O presidente Lula marcou para 20 de dezembro a última reunião ministerial do ano. O encontro deve acontecer no Palácio do Planalto, e reúne todos os ministros para fazer um balanço de 2023 e previsões para 2024.

A agenda da semana do chefe de Estado ainda tem uma viagem a Macapá para entregar moradias do programa Minha Casa, Minha Vida. Ele também deve

participar de reunião do Conselho Nacional de Políticas Energéticas, se encontrar com atletas olímpicos e paralímpicos, almoçar com oficiais das Forças Armadas e participar do Natal com os Catadores.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/destaques-da-semana-gonet-na-pgr-promulgacao-da-reforma-tributaria-e-orcamento-de-2024-18122023>

Regulamentação da reforma terá escolha entre mais tratamentos diferenciados ou alíquota menor do IVA

Lu Aiko Otta e Caetano Tonet

Com a promulgação da **reforma tributária** marcada para quarta-feira (20), o próximo desafio do Congresso Nacional será a votação das leis complementares - é por meio desse mecanismo que o Parlamento vai colocar o novo sistema de pé. O governo federal, por meio do Ministério da Fazenda, já começou a fazer os cálculos para cumprir essa etapa.

A ideia é mostrar com números que os tratamentos tributários especiais aprovados de um lado elevarão a alíquota do outro. O Congresso terá de fazer escolhas, pois a carga tributária terá de ser mantida nos atuais níveis, disse fonte da área econômica.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que essa será uma prioridade do primeiro semestre de 2024. O trabalho, segundo ele, vai exigir um trabalho conjunto entre o Poder Executivo e o Congresso. O relator da matéria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), pediu ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que a regulamentação sobre consumo chegue antes do prazo de 180 dias previsto no texto.

Na área econômica do governo, a avaliação é de que a parte mais difícil da **reforma tributária** já foi superada: a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, matéria com profundo impacto sobre a federação e o destino de bilhões de reais em incentivos fiscais.

Agora, disse uma fonte, o primeiro desafio é aprovar uma legislação complementar na qual o Congresso precisará fazer escolhas: quanto mais produtos e serviços tiverem tratamento especial, maior será a alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). "Bondade de um lado é maldade do outro", resumiu o integrante da equipe econômica. O segundo é assegurar que a simplificação se concretize quando forem definidos os procedimentos operacionais.

Desde o início do ano, Haddad vinha dizendo nos bastidores que a reforma passaria, ainda que fosse um texto ruim. A avaliação, porém, é de que o resultado foi muito bom.

A equipe de Haddad está fazendo contas. Segundo o ministro, a exclusão de seis exceções à regra geral de tributação, na votação final do texto na Câmara, não deverá ter grande impacto. A alíquota, que havia sido estimada em até 27% após a primeira votação, subiu para até 27,5% com os acréscimos do Senado.

A alíquota do IVA, formado pela Contribuição de Bens e Serviços (CBS, formado pelos federais IPI, PIS e Cofins) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, que combinará o estadual ICMS e o municipal ISS), vai depender de como ficará a legislação complementar, informou a fonte. Também será determinada pela redução da sonegação, da inadimplência e da elisão fiscal esperadas após a reforma.

A PEC 45, explicou, fixou regimes específicos e categorias de bens e serviços que terão tratamento tributário diferenciado. Como exatamente isso vai funcionar, é tema da lei complementar. Exemplo: está estabelecido que serviços de saúde e educação pagarão 60% da alíquota-padrão, mas nem todos os itens serão enquadrados nessa categoria.

Na Fazenda, já são feitos cálculos para mostrar em detalhe qual o aumento da alíquota-padrão decorrente de cada tratamento diferenciado a cada produto ou serviço. As bondades estarão submetidas a um limite, porque a carga tributária terá de ser mantida nos níveis atuais.

A mesma lógica vai prevalecer no debate sobre a regulamentação dos regimes específicos, como o do setor financeiro e o de combustíveis. Por características próprias desses setores, a tributação será feita de forma diferente. O que não quer dizer que a carga será menor - no caso de combustíveis fósseis, pode até subir.

A legislação complementar poderá também trazer novidades em relação ao "cashback" (devolução de parte do tributo pago) previsto na PEC para a conta de energia elétrica e para o gás de cozinha - falta definir qual será o valor e o público beneficiado.

Além disso, o governo não desistiu de implementar um "cashback" sobre cestas básicas para famílias de menor renda. A PEC estabelece um conjunto de itens essenciais que será isento do IVA. A lei complementar dirá quais. A ideia dos senadores de fazer uma cesta básica estendida, com alíquota menor, foi derrubada na Câmara, mas o governo avalia que essa ideia poderá ser retomada na legislação complementar.

Para se ter uma ideia: nos cálculos feitos pela Fazenda para estimar a alíquota de 27% do IVA, os técnicos consideraram que, após a reforma, a cesta básica que hoje tem isenção das contribuições PIS/Cofins ficaria com metade dos itens isentos e a outra metade, com alíquota reduzida.

Os técnicos estudam também se será possível contornar, na legislação infraconstitucional, um ponto de derrota do governo na votação da PEC: a exclusão de armas e munições adquiridos por privados da incidência do Imposto Seletivo.

Paralelamente, seguem discussões sobre a operacionalização do novo sistema. Técnicos das três esferas de governo trabalham com a ideia de que os procedimentos devem ser simples, de forma a facilitar a vida do contribuinte, e não a dos fiscais. Na **Receita Federal**, por exemplo, a orientação é não exigir nenhuma informação além das que os contribuintes já prestam hoje. Embora a intenção seja boa, é preciso atenção para a ideia não se perca, disse a fonte.

O sistema de cobrança do IVA terá um papel determinante na fixação da alíquota, porque a ideia é que reduza a sonegação, a elisão e a inadimplência. Uma possibilidade é atrelar o recolhimento do imposto aos meios de pagamento. Dessa forma, a arrecadação ocorrerá de forma automática. No mesmo instante, será feito o creditamento, ou seja, o recurso será entregue a União, Estados e municípios.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231215/>

Congresso nacional deve promulgar reforma tributária nesta semana

A Câmara dos Deputados aprovou a **reforma tributária** (PEC 45/19), que simplifica **impostos** sobre o consumo, prevê fundos para o desenvolvimento regional e para bancar créditos do ICMS até 2032, além de unificar a legislação dos novos **tributos**.

A proposta foi aprovada na sexta-feira (15) em primeiro turno por 371 votos a 121, e em segundo turno por 365 a 118. O presidente da Câmara, Arthur Lira, comemorou a aprovação e anunciou que o texto poderá ser promulgado na próxima quarta-feira (20).

O texto aprovado é uma mistura entre a versão da Câmara, do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e a versão do Senado, do senador Eduardo Braga (MDBAM).

Dessa forma, será possível promulgar a proposta sem outra votação.

Aguinaldo Ribeiro afirmou que o Congresso fez "o impossível" ao aprovar uma proposta que é discutida há muitos anos. "Nós vencemos o impossível, porque foi barreira por cima de barreira, aqueles que pregavam o descrédito; mas a coragem e a determinação de muitos fizeram possível esse momento", disse.

Ribeiro disse que o Congresso entrega ao Brasil uma reforma que irá trazer avanços. "Nosso sistema tributário está falido há muito tempo, a carga já é altíssima. Estamos reduzindo a carga porque vamos aumentar a base de arrecadação e vamos acabar com a cumulatividade. Neste momento atual, ninguém sabe quanto de imposto está pagando", declarou.

Segundo a proposta, uma lei complementar criará o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - para englobar o ICMS e o ISS - e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para substituir o PIS, o PISImportação, a Cofins e a Cofins-Importação.

Com recursos federais, aos valores atuais de R\$ 730 bilhões ao longo de 14 anos e orçados por fora dos limites fiscais (Lei Complementar 200/23), a PEC cria dois fundos: um para pagar até 2032 pelas isenções fiscais do ICMS concedidas no âmbito da chamada guerra fiscal entre os estados; e outro para reduzir desigualdades regionais.

O texto estabelece ainda outras formas de compensar perdas de arrecadação com a transição para o novo formato, uma dentro do mecanismo de arrecadação do IBS e outra específica para a repartição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que continuará a incidir apenas sobre produtos fora da Zona Franca de Manaus (ZFM) e que sejam produzidos dentro dela também. O objetivo é manter a competitividade dessa área especial de produção.

Os valores de compensação do IPI também ficarão de fora dos limites do novo regime de despesas primárias.

Deputados ressaltam simplificação

A simplificação do sistema tributário e a criação de um sistema mais favorável à população de baixa renda são os principais pontos da **reforma tributária** na avaliação dos deputados.

O texto unifica **impostos**, garante isenção de produtos da cesta básica e cria possibilidade de cashback para população de baixa renda. A proposta também acaba com a cumulatividade na cobrança de **impostos** ao longo da cadeia de produção.

Presidente da comissão especial que analisou a reforma tributária, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou que o texto cria um sistema mais eficiente. "O povo brasileiro reconhece nessa reforma a possibilidade de voltar a sonhar com um Brasil mais eficiente, mais dinâmico, que vai tirar o custo da produção. É a reforma mais estruturante da história", afirmou.

Ele disse que o sistema atual prejudica não apenas os consumidores, mas também os empresários. Ele referiu-se ao volume de **impostos** questionados nas esferas administrativas da Receita e também no Judiciário.

Lopes destacou ainda a perspectiva de se acabar com a chamada guerra fiscal, em que os estados usam incentivos fiscais para atrair empresas, e apontou como avanço a criação do cash-back, que beneficiará a população com menos renda.

O deputado Sidney Leite (PSD-AM) também defendeu a proposta. "Já passou da hora de o Brasil ter uma

nova política tributária e, com isso, garantir a simplificação, a transparência, a melhoria do ambiente de negócios e a diminuição do Custo Brasil", disse.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) afirmou que a simplificação prevista gera um sistema que alivia a carga tributária sobre os mais pobres. "Teremos uma redução de imposto para 90% da população e ainda vai ter alíquotas reduzidas para cesta básica. Será beneficiada a parcela da população de baixa renda", disse.

O deputado Weliton Prado (Solidariedade-MG) destacou os impactos positivos da **reforma tributária** no setor de saúde, com perspectiva de diminuição de **impostos** sobre medicamentos e equipamentos de saúde. "Um ponto muito importante da **reforma tributária** é a isenção de **impostos** sobre medicamentos para pacientes com câncer e pessoas com deficiência", disse.

Obstrução

A proposta foi alvo de obstrução do Novo e do PL.

O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) afirmou que a **reforma tributária** vai aumentar o tamanho do Estado em vez de diminuir. "Usa o pretexto de descomplicar o sistema para esconder todos os outros dispositivos", avaliou.

Site:

https://cdn.presslab.com.br/apps,1,43/jornalodia/20231218/1/all/pagina_1.pdf

Após mais de 40 anos, Brasil terá nova tributação; veja o que muda

Em uma votação histórica, a Câmara dos Deputados aprovou por 371 votos a 121, o novo texto da **reforma tributária**. A medida, tomada após mais de 40 anos, unifica cinco **tributos** sobre consumo e coloca o Brasil no mapa dos países que adotam um sistema Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Agora, o texto segue para promulgação. Foram mais do que os 308 votos necessários para uma alteração constitucional. Segundo o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a proposta seguirá para a promulgação pelo Congresso Nacional após a votação em segundo turno na Câmara.

A implementação efetiva do novo sistema tributário, no entanto, vai demorar um pouco, pois só começará a vigor a partir de 2026, sendo concluída no início de 2033. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá até 180 dias a partir da promulgação para enviar os projetos de lei complementar que regulamentará a reforma. O governo trabalha com o envio de três a quatro propostas para definir regras e alíquotas dos novos **tributos**, os regimes específicos de setores que ficarão fora do alcance do IVA, entre outros temas.

A proposta também representa uma vitória para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deu apoio decisivo à PEC. Desde o início do ano, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) colocou a reforma como um dos pilares de sua agenda. O ministro criou uma secretaria extraordinária voltada ao tema, comandada por Bernard Appy, formulador técnico da versão inicial da PEC 45, uma das bases para a reforma aprovada. O secretário acompanhou a sessão direto do plenário da Câmara, repetindo o ritual das votações anteriores.

Além do empenho político, Haddad precisou negociar concessões e abrir os cofres da União. O governo aceitou injetar recursos em um fundo para bancar novos incentivos regionais, que alcançarão R\$ 60 bilhões a partir de 2043. A resistência em dar essa compensação aos estados era um obstáculo histórico ao avanço da reforma, embora o valor definido gere preocupações sobre seu impacto na sustentabilidade fiscal do país. Para o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, a **reforma tributária** poderá fazer a economia brasileira crescer 12% em cerca de 15 anos. "Essa é uma reforma que pode fazer, em 15 anos, o **PIB** brasileiro crescer 12%.

Ela traz eficiência econômica e ajuda enormemente na economia" destacou.

Principais mudanças A reforma aprovada prevê a fusão de PIS, Cofins e IPI (**tributos** federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA dual. Uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal por meio da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e a outra, por estados e municípios pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Além disso, será criado um Imposto Seletivo sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde (como cigarros e bebidas alcoólicas) ou ao ambiente, à exceção dos produzidos na Zona Franca de Manaus. A implementação dos novos **tributos** começará em 2026, com uma alíquota de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS. Em 2027, PIS e Cofins serão completamente extintos e substituídos pela nova alíquota de referência da CBS. As alíquotas do IPI também seriam zeradas para a entrada em vigor do Imposto Seletivo, com exceção dos bens produzidos na Zona Franca. A migração dos **impostos** estaduais e municipais para o novo IBS será mais gradual, dada a necessidade de dar segurança jurídica a benefícios já concedidos sob o atual sistema. Por isso, ICMS e ISS serão totalmente extintos apenas em 2033.

"O imposto seletivo está muito simples, sem maiores detalhes, só fala sobre os produtos prejudiciais à saúde, o que gera muitas dúvidas, pois a definição de quais produtos serão esses se dará por meio de lei complementar posteriormente. Então, se fala em bebidas alcólicas, cigarros, entre outros, mas há incertezas. Conforme for o desdobramento, itens básicos do dia a dia poderão ser onerados, o que pode pesar para quem ganhar menos. É essa insegurança, pois o texto é muito simples", disse o diretor de políticas estratégicas e legislativas da Fenacon, Diogo Chamun.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/18-12-2023-edicao24726/>

A reforma tributária desafiará os municípios a melhorarem (Artigo)

FELIPE ROSA, Diretor-geral de Políticas Públicas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre feliperd.silva@portoalegre.rs.gov.br

Foi muito tempo esperando. Após três décadas, finalmente, aprovamos uma **reforma tributária** que simplifica a forma arcaica como cobrávamos os **tributos**. Agora, se nada mudar, saem as 27 alíquotas de ICMS e as 5.568 de ISS (sem falar nas específicas, por setor). Caem também o PIS, a Cofins e o malfadado IPI.

Ah, cai a cumulatividade também. A partir da reforma, saberemos, enfim, o quanto pagamos de **tributos** em bens e serviços. Revelaremos aos brasileiros o quanto custa manter o Estado. Um direito do cidadão, até então negligenciado.

Mas a reforma também traz incentivos desafiadores aos municípios. Até o momento, a competição não era saudável. No atual sistema, a atração de empresas ocorre essencialmente pela escolha tributária. O município e o Estado que desoneram mais levam.

Só que isso é fatal para a economia. A guerra fiscal não premia a boa escolha empresarial. Os incentivos tributários atraem empresas para determinados locais que, porventura, não dispõem de recursos para recebê-las. Ato contínuo, um grande movimento de migração de mão de obra, qualificação e desenvolvimento de uma cadeia produtiva se faz necessário. Um processo lento, que atinge em cheio a produtividade.

A **reforma tributária** dá um basta nisso. Com a alíquota única, os municípios terão que competir por eficiência. O gestor público não poderá se dar ao luxo de negligenciar a infraestrutura, a logística e a qualificação de sua mão de obra se quiser atrair os empreendedores. E o fim de uma guerra por regimes especiais de tributação e de uma competição ineficiente que só nos atrasou.

A transição é longa e teremos tempo para nos preparai: E hora de fazer a lição de casa: focar em investimentos que melhorem a infraestrutura e em políticas públicas que premiem a inovação e a educação de base. E hora de preparar as cidades para serem vitrine para as empresas. E hora de desburocratizar, melhorar o ambiente de negócios e se

preparar para as mudanças vindouras. Tic tac. O tempo já está contando.

FELIPE ROSA, Diretor-geral de Políticas Públicas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre feliperd.silva@portoalegre.rs.gov.br

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20231218&edicao=29661>

"Conseguimos uma boa reforma", diz Fleury

Beatriz Olivon

A **reforma tributária** aprovada no Congresso não é só a reforma possível, mas sim uma boa reforma, na visão de Eduardo Fleury, advogado e economista, consultor do Banco Mundial e sócio da área tributária do FCR Law. Para o especialista, apesar de ser um bom texto, ainda haverá complexidade, mas muito menor do que atualmente.

"Hoje a maioria das empresas pensa muito nos **impostos** para fazer negócio - aliás, os **impostos** é que dirigem os negócios e não vice-versa", afirmou o advogado ao Valor. Fleury espera a melhora no ambiente de negócios, mas destaca que é importante acompanhar agora as leis complementares.

O advogado vê um avanço no texto final em relação ao que chegou do Senado, especialmente com a redução das exceções - que sempre irão existir e não são uma exclusividade brasileira, segundo o especialista, que participou da equipe que trabalhou na PEC 110, em 2019. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Valor: Quais serão os próximos passos para a **reforma tributária** depois da promulgação?

Eduardo Fleury: Primeiro, gostaria de ressaltar que existe um tipo de declaração em termos de consequência econômica, meio amarga, de dizer que essa foi a reforma possível. Não foi bem assim. Fazendo uma comparação com outros países, as exceções que nos levam a falar na "reforma possível" é porque o ideal seria ter uma alíquota só para todos os produtos e serviços e quanto menos exceções mais próximo do ideal. Mas existem países com muito mais exceções. Talvez a maioria dos países. Estamos em um intermediário entre países da Europa e Austrália, Nova Zelândia, Cingapura, que são menores, com realidades diferentes e que tem um pouco menos de exceções. Mais do que dizer que é uma coisa possível, saímos bem na foto. Cada país tem situações esdrúxulas. Não é só a reforma possível, mas é melhor do que a possível, a gente conseguiu fazer uma boa reforma.

Valor: Quais serão as consequências jurídicas e econômicas?

Fleury: No futuro ainda existirão situações em que serão necessárias disputas judiciais, muito em razão das exceções. Quanto mais exceções, mais chance de

ter disputas. O sistema que teremos será muito mais simples. A lista de regimes específicos passou de cerca de 20 para 17. A empresa hoje que trabalhe em São Paulo, Minas e Rio tem cerca de 300 a 350 exceções, considerando o regulamento de ICMS. A empresa ainda tem de olhar a legislação federal. A complexidade do sistema de hoje é muito maior que a do novo, mas também terá alguma complexidade.

Valor: Pode melhorar o ambiente de negócios? Há experiências nesse sentido em outros países?

Fleury: Devemos ter uma melhora substancial no dia a dia das empresas do ponto de vista de esquecerem um pouco os **impostos** quando forem fazer negócio. Hoje a maioria das empresas pensa muito nos **impostos** para fazer negócio - aliás, os **impostos** é que dirigem os negócios e não vice-versa. O que conquistamos nessa reforma é uma melhora muito grande e isso vai ter reflexos na economia. As empresas vão gastar muito menos e fazer negócios mais baseadas em custos, eficiência e produtividade. É uma melhora substancial do ponto de vista econômico. Pesquisas na Austrália indicam crescimento econômico depois de reformas. Na Europa as mudanças foram graduais, sem um marco temporal. Há o caso da Índia, que fez um IVA nacional há três anos, com muita dificuldade e está começando a mostrar ganhos. Falando do futuro, ao fazer uma reforma dessa na Europa, na Austrália, você faz uma lei, não mexe na Constituição. No Brasil precisa mudar a Constituição e eu não tenho como criar, em uma lei, tudo de uma vez só. Eu preciso criar duas etapas, a Constituição e a lei, que é uma parte importante para determinar o resultado final. A proposta reduz bastante o campo de coisas que pode acontecer, mas precisa da lei. A gente colocou muita coisa, todo mundo tentou se garantir, ficou muito pesado. Agora vai depender da lei complementar, 90% do sistema estão afunilados e esses 10% vão ser importantes. Tem que evitar questões que levem à perda de arrecadação de forma desnecessária, como alíquotas mais baixas para alguns setores.

Valor: O que os setores ainda podem tentar na lei complementar?

Fleury: Já está definido quem pode ter regime específico e diferenciado mas, por exemplo, que produto estará na cesta básica nacional com alíquota zero? Protetor solar estará como medicamento como alíquota reduzida? Existem vários exemplos. Esses pontos que serão de disputa. Até que tipo de saúde

terá redução de alíquota, não é todo serviço de saúde. Como vai ser a tributação do sistema financeiro? São pontos que dependem de definição. Temos um modelo mais ou menos pronto, lógico, mas tem muito detalhe que vai fazer a diferença do ponto de vista do valor a ser arrecadado e até do sistema como um todo.

Valor: As exceções foram reduzidas em relação à versão do Senado, o texto foi aprimorado?

Fleury: As exceções que foram tiradas, como torre de antena de celular e micro e pequena geradora de energia elétrica, por exemplo, estão no meio da cadeia, então dar alíquota zero ou de 10% para eles não faz diferença. Não é o consumidor final que compra aquele produto. Reciclagem também. Já no caso de concessões de rodovias e saneamento básico, era questão de arrecadação. A maior parte do consumo final de água, esgoto e também pedágio é feito pelas famílias e aí tem duas consequências: uma é de arrecadação, colocar num regime diferenciado para pagar menos imposto vai custar. Por outro lado, também tem que olhar quem consome isso. O consumo de pedágio é mais concentrado em classe média e alta, mas água e esgoto não. Precisa trabalhar mais com "cashback" para resolver. Em geral, o texto melhorou, criando menos exceções e regras preservando um pouco a arrecadação.

Valor: Quais pontos dentre os que precisam de regulamentação são os mais sensíveis?

Fleury: Primeiro é a definição de produtos e serviços que vão ter alíquota reduzida. Precisa ter uma definição bem feita para evitar o máximo possível as discussões. Há, por exemplo, o sistema financeiro, que tem muitas questões específicas. O sistema que foi construído tem maior viés econômico do que têm nossos **impostos** atuais, em que se discute o que é receita, o que é faturamento. Desconfio que os julgamentos que vamos ter no Supremo Tribunal Federal terão mais uma base econômica do que base formal. Não se discutirá se a lei diz que tributará receita, o que é receita, se inclui ou não ICMS. O IVA tem uma série de princípios econômicos. Vai tributar o valor adicionado, na hora de interpretar o Supremo pode dizer quais itens entram, não exatamente porque está escrito na lei, mas pela definição econômica de valor adicionado.

Valor: O período de transição é suficiente para as empresas?

Fleury: A partir da promulgação, prevista para o dia 20, são 180 dias para mandar projetos de lei complementar para regular. Isso me preocupa porque no segundo semestre do ano que vem tem eleições e essa lei tem que ser aprovada em 2024, no mais

tardar em 2025, porque já seria necessário institucionalizar o sistema e criar o comitê gestor. A simplicidade do sistema vai permitir que a fase de transição não seja problemática para o novo imposto. O trabalho adicional dessa fase adicional que vai de 2026 a 2032 não vai ser tão problemática para o dia a dia das empresas. Vai ser um trabalho adicional muito pequeno.

"As empresas vão fazer negócios mais baseadas em custos, eficiência e produtividade"

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231215/>

Serviços poderão ficar mais caros com reforma tributária

Publicado em 18/12/2023 - 07:45 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A **reforma tributária** poderá encarecer os serviços em geral. Sem cadeia produtiva longa, o setor se beneficiará menos de créditos tributários e será tributado com uma alíquota de IVA dual, estimada em 27,5%, mais alta que os atuais 9,25% do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) cobrado sobre empresas com lucro presumido, situação que engloba a maioria das empresas prestadoras de serviço.

Alguns tipos de serviço, no entanto, terão alíquota diminuída em 60%. Na primeira votação, em julho, a Câmara havia concedido a redução para serviços de transporte coletivo, de saúde, de educação, cibernéticos, de segurança da informação e de segurança nacional.

O Senado incluiu na lista os segmentos de comunicação institucional e de eventos. Serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos serão isentos. Os serviços de transporte coletivo intermunicipal e interestadual migraram da alíquota reduzida para regime específico, com **impostos** a serem definidos apenas após a **reforma tributária**.

O Senado também incluiu agências de viagem, serviços de saneamento e de telecomunicações em regimes específicos, que preveem sistema de coleta e alíquotas diferenciadas. Os senadores proibiram ainda a incidência do Imposto Seletivo sobre os serviços de energia e de telecomunicações.

Na segunda votação na Câmara, na sexta-feira (15), os deputados retiraram os seguintes segmentos dos regimes específicos: saneamento básico, concessão de rodovias, transporte aéreo, microgeração e minigeração de energia, telecomunicações e bens e serviços "que promovam a economia circular".

Em audiência na Câmara dos Deputados no fim de junho, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou que outros elementos deverão compensar as alíquotas mais altas. Primeiramente, ele citou o crescimento econômico decorrente da **reforma tributária** como

fator de geração de empregos e de negócios.

Além da expansão da economia, Appy afirmou que o fim da cumulatividade (tributação em cascata) trará ganhos às empresas de serviços, que poderão usar créditos tributários não aproveitados atualmente. Ele também citou a simplificação do sistema e a redução do litígio e do custo do investimento como fatores que estimularão os serviços. Na cerimônia de instalação da Comissão Temática de Assuntos Econômicos do Conselho, no último dia 4, o secretário disse que a carga tributária para alguns tipos de serviço cairá de 7% a 13% com a **reforma tributária**.

Serviços de internet

Assim como para os serviços em geral, as empresas de streaming (exibição de vídeos, filmes e séries) de internet pagarão alíquota maior. O mesmo ocorre com aplicativos de transporte e de entrega de comidas. O Ministério da Fazenda assegura que a redução do preço da energia elétrica compensará esses aumentos, resultando em pouco impacto para o consumidor.

Imposto Seletivo

A **reforma tributária** institui a possibilidade de criação do Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Na prática, essa tributação atingirá bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos com excesso de açúcar ou de sal.

Assim como o IVA dual, a alíquota do Imposto Seletivo será determinada posteriormente à **reforma tributária**. Para os cigarros e as bebidas alcoólicas, não deverá haver grandes alterações de preços, porque esses produtos há décadas pagam grandes alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como política de saúde pública.

Para os demais produtos com riscos sanitários e ambientais, o Imposto Seletivo resultará em encarecimento. A inclusão dos agrotóxicos e defensivos agrícolas, no entanto, ainda será discutida em lei complementar. Para facilitar a aprovação da **reforma tributária** pela bancada ruralista, o governo concordou em excluir do Imposto Seletivo os insumos agrícolas, inclusive os agrotóxicos, que se beneficiam da alíquota de IVA reduzida em 60%.

O Senado tinha incluído o Imposto Seletivo sobre armas e munições, exceto as compradas pela Administração Pública. No entanto, na aprovação do último destaque no segundo turno de votações nesta sexta-feira, a Câmara retirou o tributo sobre esses produtos.

Heranças

Atualmente, as heranças e doações no Brasil pagam Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Cada estado define a alíquota, mas o imposto médio correspondia a 3,86% em 2022, sem progressividade (alíquotas maiores para heranças maiores) na maioria das unidades da Federação.

A **reforma tributária** estabelecerá que a alíquota será progressiva, para que as famílias mais ricas paguem mais e também permitirá a cobrança sobre heranças e doações vindas de outros países. Para facilitar as negociações, no entanto, o relator Aguinaldo Ribeiro isentou a transmissão para entidades sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos. Uma lei complementar definirá as condições para essas isenções.

Cashback

A reforma prevê a possibilidade de cashback , devolução parcial do IVA dual a mais pobres, a ser definido por meio de lei complementar. Ainda não está claro se o mecanismo abrangerá apenas as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou se abrangerá limite maior de renda, como famílias com renda de até três salários mínimos.

No Senado, o mecanismo foi aperfeiçoado. As famílias mais pobres também receberão cashback na conta de luz e no botijão de gás. Nos dois casos, o ressarcimento ocorreria no momento da cobrança, entrando como desconto na conta de luz ou como abatimento na compra do botijão. Os detalhes serão regulamentados pela lei complementar.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados em março, Apsy apresentou sugestões sobre como ocorreria essa devolução . Segundo ele, o cashback poderia ter como base o Cadastro de Pessoa Física (CPF) emitido na nota fiscal, com o valor da compra e a inscrição no Cadastro Único sendo cruzadas para autorizar a devolução.

O secretário citou o exemplo do Rio Grande do Sul, que implementou um sistema de devolução do

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2021 a famílias inscritas no Cadastro Único com renda de até três salários mínimos, por meio de um cartão de crédito.

Inicialmente, o governo gaúcho devolvia um valor fixo por família e agora começou a devolver por CPF, com base no cruzamento de dados entre o valor da compra e a situação cadastral da família. Em locais remotos, sem acesso à internet, Apsy sugeriu um sistema de transferência direta de renda, complementar ao Bolsa Família.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/servicos-poderao-ficar-mais-caros-com-reforma-tributaria>

Como será a tributação diferenciada para bancos, imóveis, plano de saúde e combustíveis na reforma tributária (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

A proposta de **reforma tributária** em análise no Congresso possui diversas formas de exceção. Entre elas, os chamados regimes específicos de tributação. São cerca de 20 setores que poderão recolher os novos **tributos** em um formato diferente daquele que valerá para os demais.

A Folha procurou o Ministério da Fazenda e entidades que representam algumas dessas empresas para ouvir qual seria essa diferença. Em geral, o pedido do setor privado é para manter a carga tributária atual, com alíquota mais baixa possível e sistema não cumulativo.

O ministério diz que a proposta para regulamentação desses regimes não está definida e será discutida com os estados e municípios, que também são afetados por qualquer impacto na arrecadação.

O texto atual da proposta dá algumas pistas de como serão esses regimes, que poderão contar com alíquota reduzida, isenção ou até manter uma tributação cumulativa sobre faturamento.

Inicialmente, a diferenciação seria aplicada a combustíveis e lubrificantes, operações de crédito e bens imóveis, como em outros países. Mas a lista cresceu no Congresso e passou a incluir, por exemplo, transporte interestadual, turismo e entretenimento e concessionárias de saneamento e rodovias.

O regime específico se refere à forma de recolher dois novos **tributos**, a CBS federal e o IBS de estados e municípios, que vão substituir outros quatro (PIS, Cofins, ICMS e ISS).

Alguns especialistas avaliam que alguns setores podem se arrepender da decisão de permanecer em um sistema semelhante ao atual na tentativa de serem menos tributados. Caso isso ocorra, será necessário mudar o regime por meio de projeto de lei.

As operações de crédito costumam ter isenção em

outros países. A versão atual da reforma diz que a carga dos **tributos** extintos sobre empréstimos deve ser mantida até 2031. Provavelmente com uma cobrança sobre faturamento. Tarifas bancárias e comissões serão tributadas pela regra geral, com alíquota cheia e direito a crédito.

De acordo com o texto da proposta, outros serviços financeiros também terão tributação diferenciada, como operações de câmbio, seguros, consórcios, previdência privada, arranjos de pagamento e corretagem.

O regime específico se aplica a quatro tipos de operações imobiliárias: (a) construção e incorporação; b) parcelamento do solo e alienação de bem imóvel; c) locação e arrendamento; d) administração e intermediação (corretagem).

O governo já citou a possibilidade de a venda do imóvel da construtora para o consumidor ter tributação reduzida. A transação entre pessoas físicas seria isenta.

Quando houver alguma tributação, esse imposto não deve ser recuperado. No caso de uma empresa que pague aluguel ou adquira um imóvel, por exemplo, o tributo não gera crédito para essa pessoa jurídica.

O presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), Renato de Sousa Correia, afirma que cada uma dessas operações poderá ter regras e alíquotas diferenciadas entre si. Em alguns casos, pode ser utilizado o chamado RET (Regime Especial de Tributação) para incorporações imobiliárias, que atualmente tem uma alíquota fixa sobre as receitas e inclui o PIS/Cofins.

Correia diz acreditar que se encontre uma solução para que essa tributação não seja cumulativa, ou seja, que a construtora possa recuperar os **tributos** pagos em seus insumos. "A gente defende o sistema não cumulativo como um sistema interessante para o país e para o setor."

O setor de saúde foi contemplado com isenção ou alíquota reduzida em 60%, o que manteria a carga desses serviços em um patamar próximo ao atual de 10%.

Avaliou-se, no entanto, que os planos de saúde precisam de uma alíquota em torno de 8% e que tribute apenas o valor da intermediação financeira entre clientes e médicos. Por isso, o setor demandou a entrada na lista de regimes específicos, afirma Breno Monteiro, presidente da CNSaúde (Confederação Nacional de Saúde).

"A gente defende uma alíquota de equilíbrio, que vai depender de o regime ser cumulativo ou não", afirma. "Não adianta manter a neutralidade para o hospital e aumentar a carga para a operadora."

Um mesmo dispositivo da proposta trata do regime específico de serviços financeiros, imóveis, planos de saúde e também concursos.

Nesses quatro casos não há limite para redução da alíquota. Os **tributos** podem ser cobrados sobre receita, faturamento ou valor agregado. Inclusive com alíquota uniforme em todo o país, sem que cada estado e município possa decidir a sua.

Os gastos das empresas com esses serviços não devem gerar créditos para elas.

Os novos **tributos** incidirão uma única vez, provavelmente na refinaria, e não a cada etapa da produção, para evitar sonegação.

As alíquotas serão estabelecidas pelo Senado e serão as mesmas em todo o território nacional. Elas podem variar de acordo com o produto, favorecendo combustíveis menos poluentes, e serem aplicadas por unidade de medida.

Se o consumidor desse produto for uma empresa, poderá usar o tributo pago como crédito -exceto se a aquisição for destinada a distribuição, comercialização ou revenda.

A questão mais polêmica para o setor, no entanto, está em um artigo que prevê que derivados de petróleo e combustíveis poderão ser tributados com o Imposto Seletivo. A extração de petróleo também será alvo desse tributo.

A CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) conseguiu incluir na lista de regimes específicos serviços de hotelaria, parques de diversão e temáticos, agências de viagens/turismo e bares e restaurantes.

Gilberto Alvarenga, consultor da CNC, afirma que muitas empresas podem preferir continuar com uma tributação menor e cumulativa, em vez da alíquota maior com aproveitamento de crédito prevista na regra geral da reforma.

O setor indica que irá brigar, no entanto, para que seja possível garantir a não-cumulatividade para, pelo menos, empresas que adquirem esses tipos de serviços.

"A gente não sabe se vai ser um desenho próximo ao de hoje, um regime cumulativo com uma alíquota menor, ou um desenho diferente, em um regime não cumulativo."

Para as concessionárias de saneamento e rodovias já estão previstos desoneração na aquisição de bens de capital, possibilidade de redução de alíquotas e alteração nas regras de creditamento. Pela proposta, a tributação pode ser a mesma em todo o país, não há limite de desconto e o sistema pode ser cumulativo.

"A gente defende a neutralidade tributária, não pagar mais imposto", afirma Percy Soares Neto, diretor executivo da Abcon (entidade que representa o setor).

Hoje o setor paga apenas o PIS/Cofins de 3,65% (cumulativo) ou 9,25% (não cumulativo), considerando os **tributos** que serão extintos. A ideia é trabalhar com esse último percentual, segundo ele.

O Senado incluiu na lista atividades esportivas desenvolvidas por Sociedade Anônima do Futebol. O objetivo é permitir o recolhimento unificado dos **tributos** por essas entidades dentro do Regime de Tributação Específica do Futebol criado em 2021. Com isso, haveria uma equiparação com os clubes que atuam como entidades sem fins lucrativos e desfrutam de isenções tributárias.

A proposta prevê a exceção para serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário intermunicipal e interestadual -o urbano e metropolitano terá alíquota reduzida em 60%-, ferroviário, hidroviário e aéreo.

Em todos os casos, pode prever alterações nas alíquotas, com a mesma tributação em todo o país.

Em relação ao transporte aéreo, haverá tratamento menos oneroso à aviação regional.

Também estão na lista operações com micro e minigeração distribuída de energia (como painéis solares), estrutura compartilhada de telecomunicações, bens e serviços que promovam a

economia circular, cooperativas e operações alcançadas por tratado internacional, como missões diplomáticas.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/como-sera-a-tributacao-diferenciada-para-bancos-imoveis-plano-de-saude-e-combustiveis-na-reforma-tributaria.shtml>

Mudança favorece organização mais eficiente da produção, diz Castelar

Sergio Lamucci

A **reforma tributária** aprovada pelo Congresso vai na direção correta, reduzindo distorções e favorecendo uma organização mais eficiente da produção, embora as exceções reduzam os benefícios da mudança, avalia Armando Castelar, professor da FGV Direito Rio e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Para ele, as alterações devem estimular "as empresas a produzirem nos locais em que os custos são menores, eliminando os incentivos para verticalização da produção apenas para pagar menos imposto, combinando insumos de forma mais eficiente e decidindo em que setor investir tendo em conta custos e receitas, e não qual a carga tributária de cada um".

Além disso, Castelar diz que a simplificação da burocracia também vai liberar recursos que podem ser mais bem aproveitados em outras atividades. "Tudo isso significa tornar mais produtivo o uso dos recursos humanos e de capital existentes na nossa economia: portanto, elevar a produtividade e, por aí, o potencial de crescimento."

Nesse cenário, a reforma torna o Brasil mais atraente para o investidor estrangeiro por "introduzir um sistema mais neutro, menos burocrático e mais em linha com o existente em outras economias", diz ele.

O ponto negativo, segundo Castelar, é que ela também trouxe mudanças em algumas regras que tendem a elevar a carga tributária, mexendo em **tributos** em nada relacionados com essa reforma, como o IP-TU e o imposto sobre herança (o ITCMD, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações). "O Brasil já tem uma carga tributária muito alta, e o governo quer aumentá-la ainda mais, o que acaba penalizando a produtividade e o potencial de crescimento, como o faz a elevada insegurança jurídica" A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Como ficou a versão da reforma aprovada pela Câmara em relação ao que tinha passado no Senado?

Armando Castelar: A Câmara eliminou algumas exceções às regras tributárias mais gerais que a reforma busca trazer e, nesse sentido, me parece, foram na direção correta.

Valor: Qual é o significado para a economia brasileira da aprovação da **reforma tributária**, depois de décadas de discussão?

Castelar: É um grande momento, de fato. Foram algo como quatro décadas se tentando implementar uma reforma que simplificasse o nosso sistema tributário. E foi uma reforma na direção correta, no sentido de reduzir as inevitáveis distorções trazidas pelo sistema tributário. Salientaria que a tributação foca agora no valor adicionado, é mais uniforme entre setores e tem um menor custo em termos da burocracia exigida para cumprir as regras e pagar os **tributos**. A reforma também reduz o espaço para a guerra fiscal entre unidades da federação, outro avanço relevante.

Valor: A **reforma tributária** vai contribuir para aumentar a produtividade da economia brasileira e elevar o crescimento potencial? Por quais canais isso tende a ocorrer?

Castelar: Quanto mais neutro o sistema tributário for em termos de não distorcer preços e incentivos na economia, menos ele impacta a produtividade. Isso é especialmente relevante no caso de **tributos** incidentes sobre bens e serviços. Assim, a tendência é que a reforma favoreça uma organização mais eficiente da produção, estimulando as empresas a produzirem nos locais em que os custos são menores, eliminando incentivos para verticalização da produção apenas para pagar menos imposto, combinando insumos de forma mais eficiente e decidindo em que setor investir tendo em conta custos e receitas, e não a carga tributária de cada um. A simplificação da burocracia também libera recursos que podem ser mais bem aproveitados em outras atividades. Tudo isso significa tornar mais produtivo o uso dos recursos humanos e de capital existentes na nossa economia: portanto, elevar a produtividade e, por aí, o potencial de crescimento.

Valor: O número de exceções ainda ficou grande demais? Dilui em que medida o impacto positivo?

Castelar: Sim. Quanto mais exceções, menores os benefícios trazidos pela reforma. A neutralidade do sistema tributário, que é o que traz os benefícios de maior produtividade e maior potencial de crescimento, é tão menor quanto mais exceções estão presentes. Assim, alíquotas diferentes em setores distintos

seguem distorcendo a alocação de recursos, elevam mais as alíquotas nos setores não contemplados como exceções, levam a um esforço das empresas a se classificarem entre essas e exigem mais recursos para que se possa cumprir as formalidades, entre outros custos. Além disso, trazem um péssimo incentivo para o médio prazo, que é a busca permanente de todos setores de eles também se tornarem exceções no futuro. Foi isso que se viu na passagem da discussão da Câmara para o Senado. É importante ter em mente que o nosso sistema tributário não nasceu tão distorcido como se tornou. Isso foi acontecendo ao longo dos anos, conforme exceções foram sendo aprovadas para beneficiar essa ou aquela atividade, esse ou aquele local.

Valor: A simplificação do sistema de **impostos** a ser propiciada pela reforma tende a atrair mais capital estrangeiro para investir no Brasil?

Castelar: A reforma é positiva em termos de tornar o Brasil mais atraente para o investidor estrangeiro, na medida em que introduz um sistema mais neutro, menos burocrático e mais em linha com o existente em outras economias. Nesse sentido, ela se alia a outras reformas importantes aprovadas em anos recentes, como a da Previdência, a trabalhista, a da regulação do setor de saneamento, a que instituiu a Taxa de Longo Prazo (TLP) nos empréstimos de bancos públicos, a da Lei das Estatais. Agora, ela também trouxe alguns pontos ruins, como mudanças em algumas regras que tendem a elevar a carga tributária, mexendo em **tributos** em nada relacionados com essa reforma, como o IPTU e o imposto de transmissão [ITCMD], por exemplo. O Brasil já tem uma carga tributária muito alta, e o governo quer aumentá-la ainda mais, o que acaba penalizando a produtividade e o potencial de crescimento, como o faz a elevada insegurança jurídica. Assim, a reforma deve melhorar o ambiente de negócios no Brasil, mas há muito mais que ainda precisa ser feito para que possamos, de fato, aproveitar todo potencial de crescimento que o Brasil tem.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231215/>

Pressão para manter nova regra de tributo

Denise Rothenburg, Evandro Éboli

Além do Orçamento, que precisa ser aprovado em sessão conjunta do Congresso, o governo estará de olho no Senado, que deverá votar o projeto considerado o mais importante pela equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para efeitos de caixa imediato: o da alteração das regras dos benefícios concedidos por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e que pode injetar nas contas do Tesouro cerca de R\$ 35 bilhões em 2024. As estimativas são do Ministério da Fazenda.

O texto foi aprovado na comissão especial mista e no plenário da Câmara. Falta o Senado, para que a medida provisória possa seguir para a sanção presidencial.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assumiu o compromisso de pautar e ajudar na aprovação do projeto.

Na Câmara, essa MP foi aprovada com muita folga - 335 x 56. É esperado um desempenho semelhante entre os senadores, sem sustos para o Palácio do Planalto.

A proposta permite ao governo federal tributar, a partir de 2024, o aumento de lucro gerado por incentivos fiscais de ICMS concedidos pelas unidades da Federação. Os benefícios concedidos com relação ao ICMS, agora, terão que entrar na base de cálculo de pagamento de **tributos** como o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o PIS e o Cofins.

Apostas

Resta ainda na pauta outro projeto de interesse do governo: o que regulamenta as apostas esportivas on-line, as "bets".

A equipe econômica projeta arrecadar R\$ 1,6 bilhão em 2024 com essa atividade. O texto tinha sido aprovado na Câmara, mas os senadores alteraram.

Por ter sofrido mudanças, volta à Câmara e Lira anunciou que irá a voto esta semana.

No Senado, a oposição conseguiu excluir os cassinos on-line, limitando a abrangência do projeto a jogos

baseados em eventos reais - caso do futebol, modalidade na qual o apostador tenta adivinhar que jogador fará um gol e o placar da partida. A alteração se deu por uma emenda do senador Carlos Portinho (PL-RJ) e foi aprovada por 37 x 27.

Se tem um ponto que Lula considera importante ter atenção permanente é o Senado. Ali, por mais ajuda que o governo federal tenha recebido - inclusive, com a aprovação do ministro da Justiça, Flávio Dino, para o Supremo Tribunal Federal -, a base não é considerada tão sólida.

Além disso, há o receio de que as rugas entre a Casa e o STF acabem respingando na relação de ambos com o Palácio do Planalto. Nesse sentido, uma das principais missões do futuro 11º ministro da Corte será tentar ajudar na pacificação entre os Poderes. (DR e EE)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/18/all.pdf>

Mudança é histórica e foco agora é a regulamentação

18/12/2023 05h02 Atualizado há uma hora

O Brasil finalmente terá um sistema tributário mais moderno, simples e justo. Em sessão histórica, a Câmara dos Deputados finalizou a votação da **reforma tributária**, a Emenda Constitucional 132, que será promulgada e retirará o país da lista dos que tinham as piores organizações de **tributos** do mundo. Foi a maior mudança feita em períodos democráticos desde a Constituinte de 1946. A maioria para aprovação foi folgada: 371 votos favoráveis e 121 contrários - destes, a maioria proveniente do PL, de dissidentes do União Brasil e de par de deputados do MDB.

Mesmo com as isenções e regimes específicos acrescentados durante o processo, a reforma dá um salto gigantesco em relação ao sistema vigente. Ao fundir cinco **impostos** em dois e estabelecer a não cumulatividade plena, com cobrança no destino, ela extinguirá leis, decretos e portarias produzidas em larga escala por 5.570 municípios e 27 Estados. Embora persistam provisoriamente benefícios regionais e estaduais como exceções - caso das montadoras no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos benefícios concedidos por Estados convalidados até 2032 - a alocação de recursos de investimentos voltará a ter como norte a lógica econômica e não a preponderância do cálculo das vantagens tributárias. Será posto um fim à guerra fiscal, que reduziu receitas estaduais sem que vantagens inegáveis tenham sido obtidas.

A reforma permitirá um melhor equilíbrio tributário entre os setores econômicos. A indústria, campeã no pagamento de **impostos**, terá parte de sua carga aliviada, e os serviços pagarão mais. A simplificação do labirinto tributário resultará na diminuição radical do crescente e absurdo número de disputas judiciais, dando previsibilidade ao planejamento das empresas e dos governos. A segurança jurídica aumentará. As empresas, por seu lado, se verão livres de parte de um trabalho insano e custoso dedicado apenas ao cumprimento de regras federais, estaduais e municipais em mutação constante. As despesas diminuirão e a produtividade tenderá a aumentar.

Apesar das diferenças, Executivo e Legislativo atuaram em conjunto para produzir um bom resultado. Houve grande mérito do ministro da Fazenda,

Fernando Haddad, incluindo a criação de secretaria extraordinária para a reforma, a cargo de Bernard Appy, um defensor das mudanças no regime de **impostos** há décadas. A exaustão do sistema tributário contribuiu para que os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se empenhassem para obter um legado de peso para suas gestões à frente das duas Casas. E não se podem esquecer as discussões em governos passados, que contribuíram para que se chegasse a este momento. O Executivo pagou um preço para viabilizar as mudanças. Quatro fundos com finalidades diversas consumirão mais de R\$ 500 bilhões até 2043, seja para cobrir incentivos ilegais concedidos pelos Estados ou para incentivar o desenvolvimento regional.

Coube à capacidade de organização e articulação do relator da reforma, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o aprimoramento final de um texto que saiu do Senado com um número de regimes específicos impróprio. Ele suprimiu os das concessões de rodovias, saneamento, transporte aéreo, economia circular e microgeração de energia. Ele soube contornar uma crise que ameaçou jogar a reforma para o ano que vem, criada em torno da Cide para bens que concorriam com os produzidos pela Zona Franca de Manaus. A saída encontrada foi manter o IPI para esses bens e garantir os benefícios da ZFM. Ribeiro eliminou a cesta básica ampliada, com desconto, em prol de uma cesta básica restrita, com cashback para as famílias de baixa renda. Igualmente importante foi a retirada do prêmio a Estados que aumentassem arrecadação no período de 2024-2028, usado como pretexto para a elevação recente do ICMS em 17 Estados.

Alguns interesses de setores sobrepujaram resistências e conseguiram obter vantagens que custarão mais **impostos** para todos. É o caso da alíquota reduzida em 30% para profissionais liberais ou a criação de regimes específicos para hotelaria, parques de diversões, agências de viagens, bares e restaurantes. Com poucas exceções, o governo calculou que a alíquota total incidente sobre o consumo seria de 22%. As exceções votadas pelo Senado as elevaram para 27,5%. Os cortes na Câmara podem tê-la reduzido a 27% ou um pouco menos, entre as mais altas do mundo. No entanto, é o que o consumidor já paga com o sistema vigente, e há

o saldo positivo da simplificação tributária. Cálculos do Ipea (Sergio Gobetti) indicam que nenhum Estado e só 32 municípios terão perda de arrecadação após os 50 anos de transição para a cobrança no destino.

A **reforma tributária** deu seu primeiro passo. O próximo desafio é sua regulamentação, no prazo de 180 dias dado ao Executivo. Há 18 pontos das mudanças que terão de ser objeto de leis complementares, ordinárias e resoluções do Senado (Valor Online, ontem). Há o risco de que mais setores, não contemplados com alíquotas reduzidas ou regimes específicos, tentem obter vantagens a partir de brechas abertas por definições genéricas do texto constitucional. É preciso atenção nessa fase de regulamentação, mas já é um momento histórico.

Site:

<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2023/12/18/mudanca-e-historica-e-foco-agora-e-a-regulamentacao.ghtml>

Na última semana, em busca de novas vitórias

Denise Rothenburg, Evandro Éboli

O governo tem o que comemorar no balanço a ser apresentado na reunião ministerial de quarta-feira, a última do ano. A economia cresceu mais do que esperado e, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas, o **PIB** deve fechar em alta de 2,9%. A **inflação** também será menor do que a de 2022 e o desemprego encerra em baixa.

Além disso, o Congresso também chega à última semana de trabalho do ano com um saldo positivo para o governo, com aprovação de medidas que elevam a arrecadação da União e apontam para um 2024 com esperança de algum equilíbrio nas contas.

Nesse campo, porém, a guerra ainda não terminou. Os próximos dias seguem ainda cruciais para os interesses do Palácio do Planalto. Algumas matérias ainda precisam ser votadas, entre as quais a Orçamento da União - peça-chave para garantir recursos às ações federais e assegurar verbas para as emendas parlamentares, consideradas vitais em ano eleitoral. As emendas, aliás, representam o principal motivo de os deputados e senadores decidirem votar o Orçamento ainda este ano.

O último ato conjunto do Legislativo será a promulgação da **Reforma Tributária**, prevista também para quarta-feira. A ideia é marcar a proposta como um feito histórico dos parlamentares.

Em conversas reservadas, muitos não gostaram do fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento sábado, em São Paulo, ter classificado a aprovação da matéria como um "fato histórico" atribuído exclusivamente ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

No Parlamento, todos sabem que se não fosse o empenho dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e dos líderes partidários, a reforma não teria sido aprovada.

"Nenhuma surpresa a aprovação, aqui, na Câmara, onde as pautas andam com muito apoio dos parlamentares - claro que tem o interesse de determinados setores da economia. Um colegiado gigantesco, diferente do Senado, o que também permite uma negociação mais genérica e sem descer

a tantos detalhes.

O texto veio com alterações do Senado, mas, em dois dias, alcançamos a unidade. Cada casa fez concessão num tema ou noutro, com a participação do ministro Haddad", observou Lira.

Sem pendências

O presidente da Câmara, aliás, quer mais. "Quero terminar o ano bem", disse, pronto para ir além da **Reforma Tributária**. Para alcançar esse propósito, a semana será cheia, com previsão de votações todos os dias. Hoje e sexta-feira, haverá sessões remotas, mas amanhã, quarta e quinta, o trabalho será presencial.

Das mais importantes matérias remanescentes, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser votada amanhã, em sessão do Congresso, segundo o cronograma de Lira.

Quem define essa pauta, porém, é Pacheco.

A LDO teve mais polêmica do que o Orçamento do ano que vem. No texto, o relator Danilo Forte (União Brasil-CE) fez ajustes, como o recuo de excluir o financiamento do Sistema S do Orçamento de 2024, e retirou também um cronograma para pagamento obrigatório de emendas de comissão - os pedidos de liberação de recursos para investimentos, no próximo ano, será recorde: R\$ 49 bilhões.

"Nenhuma surpresa a aprovação na Câmara.

O texto veio com alterações do Senado, mas, em dois dias, alcançamos a unidade.

Cada casa fez concessão num tema ou noutro, com a participação do ministro Haddad" Arthur Lira, presidente da Câmara, sobre a **Reforma Tributária**

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/18/all.pdf>

"O que existe de fraude é muito mais do que a gente vê"

Nelson Niero e Rita Azevedo De São Paulo

Uma fraude grosseira, mas ao mesmo tempo feita com muita eficiência, a ponto de enganar todos os níveis de controle internos e externos. Esse resumo do caso Americanas explica por que o professor de contabilidade Eliseu Martins ficou - e continua - indignado com um dos maiores escândalos empresariais do país.

Em artigo publicado em maio na revista "Capital Aberto", Martins, uma das maiores referências da contabilidade financeira, declarou que raras vezes se sentiu "tão mal como contador, professor de contabilidade, consultor, parecerista da área e cidadão". Em entrevista ao Valor, onze meses depois de vir a público as "inconsistências contábeis" da varejista, o professor diz que ainda não se conformou.

Essa perplexidade ganha muito mais relevância diante da longa carreira de mestre de Martins e ao mesmo tempo ressalta a gravidade do caso. Mineiro de Albertina, atualmente morando em Espírito Santo do Pinhal (SP), Martins dirigiu a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo de 1998 a 2002, depois de ter sido chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária de 1991 a 1994, e constituiu a FEA da USP de Ribeirão Preto.

Foi diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre 1985 e 1988, quando, em meio à hiperinflação, implantou a correção monetária integral dos balanços. O professor Eliseu Martins participou ativamente da implantação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil e voltou a integrar o colegiado da CVM entre 2008 e 2009 para ajudar nessa implantação. Ainda hoje é membro convidado do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), que emite as regras no país.

Leia, a seguir, os principais pontos da entrevista.

Valor: O sr. continua indignado com o caso da Americanas?

Eliseu Martins: Continuo sim. Continuo envergonhado pelo que se utilizou da contabilidade para perpetrar tamanha farsa. O que foi feito ali é a fraude do jeito mais horrível que pode ocorrer. A governança existe para o bem e para o mal e, no caso da Americanas, é

visível que usaram todo um sistema para essa fraude.

Valor: Com o que já foi revelado até agora, é possível dizer que a fraude na Americanas envolveu vários escalões da empresa?

Martins: Eu não posso dizer quem, mas obviamente envolveu pessoas de vários escalões, não tenho dúvida. Até o nível da diretoria, eu não posso dizer que todos, mas pessoas muito relevantes da diretoria. E daí envolve algumas superintendências, a contabilidade. Disso aí eu não tenho a mínima dúvida. Eu só não falo nada do Conselho de Administração porque houve evidências de que conselheiros, de que o comitê de auditoria, procuraram informação, o que foi registrado em ata, e as respostas foram mentirosas. Nada vi contra eles. Então, eu não sei, mas que gente da diretoria [estava envolvida] não há dúvida nenhuma. Quais pessoas e quantas eu não sei dizer. Não daria para ter havido isso tudo sem participação de gente da diretoria-executiva. Foi uma fraude grosseira.

Valor: Por que grosseira?

Martins: Foi tecnicamente grosseira. O engraçado é que no começo falou-se demais do risco sacado. O que foi feito é uma falsidade grosseira. É não lançar as despesas financeiras contra o resultado e diminuir da conta de fornecedor. Isso é coisa que nem principiante de contabilidade faz por engano. Não existe essa hipótese. O que é ainda pior, e infelizmente é mais comum, como mostrou esse caso do Magazine Luiza [a empresa reclassificou contas no último balanço], são essas operações de bonificação. Essas bonificações, normalmente, podem ensejar até fraudes, vamos dizer, com relação a quando apropriá-las. Aparentemente, por tudo que foi dito pela Magalu, foi um problema de quando apropriar. Eu, como fornecedor, digo que vou abater da conta se a empresa fizer isso ou aquilo durante um ano. Aí a empresa vai e já contabiliza tudo de uma vez. Isso é um erro que altera os resultados de cada período, mas que depois se compensam, então você antecipa o lucro, por exemplo, mas no acumulado você não vai aumentar o lucro. Infelizmente, é um negócio que tem acontecido até que com frequência e que não tem sido alvo de bons controles.

Valor: Como acontece esse tipo de problema?

Martins: Os gerentes de uma rede de varejo, por exemplo, são avaliados e podem receber uma bonificação em função da sua performance. Então, se ele tem que cumprir um negócio desse por um ano, se ele puder reconhecer logo essa receita, ele lança a bonificação neste ano, ao invés de ficar o grosso para o ano que vem. Conheço o caso de uma empresa que montou um sistema de controle interno voltado exclusivamente para essa questão, que é um problema de reconhecimento temporal. Na Americanas, no entanto, grande parte, bilhões de reais, foi invenção de acordos que não existiam. Você vai lá e contabiliza o que não existe, falsifica acordos. De tudo que apareceu aí houve acordos, mas falsificados, criados pela empresa e assinados pela própria empresa dos dois lados. Isso é coisa grosseira. É a mesma coisa que contabilizar que fez vendas, criar um monte de contas a receber de clientes que não existem. Tem a fraude um pouco mais refinada e a fraude grosseira, essa de inventar coisas. Isso é falsificação.

Valor: E como o sr. vê a atuação dos auditores?

Martins: Eu confesso que é difícil avaliar, mas nada sei contra eles. A gente conhece os trabalhos dos auditores, convive com eles. O fato é que é fácil enganar auditor, por incrível que pareça. Há 30 anos eu escrevi um texto dizendo que, com a evolução da tecnologia, iria ficar cada vez mais fácil cometer fraudes. Isso foi antes da Enron [empresa americana de energia que quebrou em 2001, depois de rumoroso caso de fraude que teve repercussão mundial], Um cara só da tecnologia já basta pra fazer uma fraude. Ele pode criar funcionários fantasmas e o dinheiro ir todo para ele. Isso é comum em empresas que não tem controle. Isso existe no Estado, já foi feito dentro do Tribunal de Contas. Agora, casos maiores sempre têm o apoio de alguém lá de dentro. Pegue o caso do Banco Nacional [sofreu intervenção em 1995, depois que o Banco Central identificou sistema de "contabilidade fictícia"]. Era o cara da tecnologia e o presidente do banco. O contador não sabia da história. Antigamente, para cometer fraudes, você tinha que envolver todo mundo. Havia uma loja de departamento grande, quando eu era estudante ainda, chamada Lojas Fuganti. Ela quebrou porque um funcionário foi na **Receita Federal** que tinha acabado de ser instalada em Londrina e dedou todo o esquema. Ele sabia de tudo porque controlava o depósito, o que entrava e saía. Hoje tem redes de supermercados em cidades pequenas com sistema que automaticamente desliga os caixas. É até estranho que esse caso da Americanas tenha envolvido tantos níveis hierárquicos. A fraude hoje é mais fácil de ser feita. Tenho dó dos auditores.

Valor: Há que se considerar que os auditores conseguem descobrir ou evitar fraudes, mas isso raramente vem a público.

Martins: O que existe de fraude é muito mais do que a gente vê, e muitas descobertas por auditores. O que acontece é que a maior parte das empresas, se puderem, encobrem, por causa do problema de imagem. Se a empresa puder, não vai mostrar para ninguém, vai resolver lá dentro. Infelizmente, hoje a exigência dos controles internos cresce exponencialmente comparativamente ao crescimento da tecnologia.

Valor: Seria bom para a imagem das auditorias se isso viesse a público, quando eles conseguem descobrir ou evitar uma fraude...

Martins: Sim. Mas elas são proibidas de falar. Se o cliente não tiver interesse, vai ficar por isso mesmo. Eles vão resolver internamente de alguma maneira. Podem ser mostrados simplesmente como erros.

Valor: Na Americanas, sem falar agora de auditor, o sr. acredita que pode ter havido um relaxamento maior porque havia muita confiança na competência dos três sócios de referência?

Martins: Para mim, só existe essa explicação. Você viu a lista dos bancos? Os bancos têm conhecimento dos volumes de empréstimos. Qualquer empresa que não tivesse os três pelas costas jamais teria chegado naquele nível de endividamento junto aos bancos. Aqui é uma mera ilação (...). Pode ter havido erros, mas pode ser que não. Com juros bons, e com aqueles

três personagens por trás, é muito fácil haver relaxamento em certos controles. Não sei o que de fato ocorreu, mas eles não iam arriscar números tão grandes se não tivesse os três por trás. Os bancos disputavam crédito para a Americanas.

Valor: Do ponto de vista de continuidade, há como a empresa se recuperar depois desse baque num setor tão problemático? O aumento de capital dos credores e dos sócios resolve?

Martins: Pode ter até o aumento de capital, redução do endividamento, mas a empresa tem uma estrutura pesadíssima e não será fácil conseguir se sustentar. Mas eles têm os três por trás, que já fizeram muito milagre.

Valor: O sr. acha que vai haver algum endurecimento por parte das auditorias na checagem das contas?

Martins: Sim, e isso já começou nos balanços de logo

depois do negócio da Americanas. O encerramento dos balanços de 2022 já teve um conjunto de procedimentos bem mais refinados e agora as empresas de auditoria montaram todas elas um sistema mais rígido de controle de verificação dessas operações e das operações de bonificação. Muito, muito, muito mais forte do que antes. Então a reação por parte dos auditores já existiu. Teve muito balanço atrasado por causa disso.

Valor: O sr. foi procurado por algum dos envolvidos no caso da Americanas para avaliar, dar parecer?

Martins: Sim, por vários. Para análise, mas parei, com exceção de um que estou naquele processo de discutir, de analisar. São pareceres técnicos. Mas eu ainda tenho que acabar de me convencer.

Valor: A BDO assumiu a auditoria da Americanas no lugar da PwC, que não quis emitir o relatório antes das conclusões da investigação do comitê independente. A BDO emitiu. Não é arriscado para a auditoria?

Martins: Na verdade, não emitiu.

Valor: Ela se protege com a abstenção de opinião?

Martins: É claro que ela entra com um nível de rigor muito mais alto do que o normal de uma empresa de auditoria. A empresa conciliava a conta de fornecedores perante os auditores. Aquele saldo que estava lá. Agora, o número é muito maior e essa listagem nova os auditores estão dizendo que não conseguiram conciliar de maneira completa? O problema é realmente de natureza técnica. Pode ser que ainda tenha problema em fornecedores ou outras contas, desse valor que está no balanço, e pode ser que não seja aquele. E o auditor fica precavido. Ou seja, qualquer coisa passa a ser o que, na linguagem deles, é material, é relevante. E há principalmente o problema da efetiva continuidade da empresa, ainda não totalmente definida. É totalmente compreensível essa posição.

Valor: A KPMG, quando assumiu, chegou a alertar que o controle não estava bom...

Martins: É por isso que eu sempre fui muito favorável ao rodízio obrigatório de auditores. Nossa, eu tive um problema sério com os meus amigos auditores, porque eu sempre fui claramente favorável ao rodízio. Não há dúvida, é natural, é do ser humano o maior ceticismo e a procura por falhas nessas situações. Mas mesmo assim nada dessa grandeza se vislumbrou.

Valor: O sr. está acompanhando o trabalho feito pelo comitê independente?

Martins: Não, não. Aí há uma muralha chinesa. Aí eu nem pergunto, está certo? Olha, o presidente foi meu colega de CVM, o Otávio Yazbek, que é meu amigo. O Flores, meu colega. Dou aula junto com ele. E aí eu não pergunto nada. Confesso que eu não tenho a mínima ideia do que eles estão fazendo e faço questão de não saber. Por enquanto.

"É até estranho que esse caso da Americanas tenha envolvido tantos níveis hierárquicos

"Tem a fraude um pouco mais refinada e a fraude grosseira, de inventar coisas" Eliseu Martins

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187743>

Câmara dos Deputados deve votar pautas orçamentárias nesta semana

Após uma semana intensa que encerrou com a aprovação da **reforma tributária** na sexta-feira (15), a Câmara dos Deputados continua com agenda cheia para esta semana.

A promulgação da PEC da **Reforma Tributária** está prevista para esta quarta-feira (20). Além disso, o presidente da Câmara, Arthur Lira, disse que uma série de pautas orçamentárias devem ser votadas nos próximos dias.

Além das leis orçamentárias, a base do governo quer votar o projeto que regulamenta os sites de apostas, os bets - como reforça o líder do governo, deputado José Guimarães.

A Câmara ainda deve analisar o marco legal do hidrogênio verde, que pode substituir combustíveis derivados do petróleo em diversas aplicações, poluindo menos. A proposta foi aprovada no Senado semana passada.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, declarou que quer votar o orçamento para 2024 ainda nesta semana. Pacheco deve convocar sessões do Congresso na quarta (20) e na quinta-feira (21).

Já a Medida Provisória que prevê a tributação federal para incentivos fiscais dados pelos estados e municípios para investimentos de empresas privadas também pode estar na pauta do Senado nesta semana. Essa proposta já foi aprovada pela Câmara na sexta-feira.

Com a medida, o governo espera arrecadar R\$ 35 bilhões no próximo ano, e é tida como fundamental para atingir o déficit fiscal zero no orçamento.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2023-12/camara-dos-deputados-deve-votar-pautas-orcamentarias-nesta-semana>

Congresso deve votar Orçamento até quinta

Caetano Tonet

O Congresso Nacional chega à última semana de trabalho no chamado esforço concentrado para a aprovação de matérias importantes, principalmente da agenda econômica. O objetivo é votar antes do recesso, que começa na sexta-feira (22), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), a medida provisória (MP) da subvenção a investimentos e fazer a promulgação histórica da **reforma tributária**.

Após a aprovação da **reforma tributária**, na sexta-feira (15), na Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), defendeu que a promulgação da **reforma tributária** ocorra na próxima quarta-feira (20), dia que mais parlamentares devem estar em Brasília. Segundo interlocutores, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), concorda com a data proposta.

O presidente do Senado tem sido um dos principais aliados do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no avanço das pautas econômicas no Congresso. Segundo aliados, Pacheco assumiu um compromisso pessoal de entregar a aprovação das matérias nesta última semana e para isso tem mobilizado seu grupo político.

Pacheco e Lira alinharam, na quinta-feira (14), um calendário para a última semana de trabalhos com foco na pauta econômica. A reunião serviu para aparar as arestas entre as Casas no texto da **reforma tributária** aprovada pelos deputados no dia seguinte.

Ficou definida a realização de duas sessões do Congresso. Uma na terça-feira (19) para votar a LDO e outra na quarta-feira (20) para a deliberação sobre a LOA.

Na última semana, após uma série de concessões e acordos, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o parecer do deputado Danilo Forte (União-CE) do projeto de lei da LDO. O relatório estabelece um prazo para o pagamento das emendas parlamentares impositivas e que prevê que o contingenciamento das emendas de comissão deve respeitar a proporção das despesas discricionárias. O texto prevê ainda um fundo de R\$ 4,9 bilhões para financiar as campanhas municipais em 2024.

Também na próxima terça-feira, o Senado deverá concluir a votação da MP das subvenções. A proposta,

que muda as regras sobre os créditos fiscais para a implantação ou a expansão de empreendimentos econômicos, é uma das principais apostas do ministro Fernando Haddad para o déficit fiscal zero no orçamento de 2024.

A versão do projeto aprovada pelos parlamentares teve algumas mudanças em relação ao texto da Fazenda, mas, na maioria das questões, prevaleceu a posição da equipe econômica.

A principal concessão feita aos parlamentares foi permitir um desconto de até 80% no passivo para as empresas que aceitarem abrir mão de ações judiciais e aderirem a uma transação tributária, pagando o imposto devido em até 12 vezes.

Outras opções, com prazo mais longo para quitação, permitirão desconto entre 50% e 35% no estoque. Mesmo com as mudanças, Haddad mantém a projeção de arrecadação de R\$ 35 bilhões em 2024.

"Pessoalmente, acredito que vamos conseguir reduzir significativamente os abusos que foram cometidos", afirmou o ministro à jornalistas após a aprovação. "Foram cinco anos sem ninguém cuidar do assunto. Agora, estamos cuidando."

Outro projeto importante para o aumento da arrecadação que será votado nesta semana é o que regulamenta apostas esportivas, as chamadas "bets". Com apoio do governo, os deputados devem retomar parte do texto da Câmara, do deputado Adolfo Viana (PSDB-MG), que inclui jogos de azar on-line.

No Senado, a oposição conseguiu a aprovação de dois destaques que retiram do texto jogos de azar on-line e proíbe de explorar apostas virtuais na internet em estabelecimentos físicos.

"Ainda temos o projeto que precisamos votar, segunda ou terça-feira, o das "bets", e a ideia nossa é manter o texto da Câmara e incluir os cassinos, porque senão vai reduzir muito a arrecadação", afirmou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

A matéria é mais uma aposta do governo de Luiz Inácio Lula Silva para aumentar a arrecadação e por isso o governo irá trabalhar para recolocar os chamados cassinos on-line de volta no texto.

Após a retirada no Senado, o relator da proposta, Angelo Coronel (PSD-BA), declarou que isso

significaria uma redução de 70% na arrecadação prevista pelo ministério da Fazenda.

"Os jogos online, segundo informações que obtivemos ao longo desta relatoria, são responsáveis em torno de 70% da receita das "bets". Como foi aprovado no Senado, o governo só vai ter 30% do que ele esperava arrecadar", afirmou Coronel.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231215/>

Brasil ainda longe do crescimento sustentado

Vicente Nunes Correspondente

»Entrevista | Sandra Utsumi | diretora executiva do Haitong Bank em Portugal

Lisboa - O Brasil conseguiu um bom resultado neste ano, com a economia avançando cerca de 3%, mas o país ainda está longe de garantir um crescimento sustentado de mais longo prazo. Para a economista Sandra Utsumi, diretora executiva do Haitong Bank em Portugal, há muito a ser feito para superar os entraves que limitam a expansão da atividade, como a baixa produtividade, por falta de mão de obra capacitada, e um ambiente mais favorável aos investimentos.

Pelos cálculos dela, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deve avançar entre 1,5% e 2% em 2024.

Para a economista, muito do quadro positivo que se vê hoje no Brasil é resultado do trabalho feito pelo Banco Central, que manteve uma política monetária restritiva a ponto de levar a **inflação** para dentro das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Ela vê com preocupação a situação fiscal no país, mas acredita que a continuidade da redução da taxa básica de juros (Selic), que já caiu de 13,75% para 11,75% ao ano, dará um alívio nos gastos com a dívida, ajudando, conseqüentemente, no cumprimento das metas.

Na avaliação de Sandra, o mundo vive hoje uma situação complexa, com guerras e disputas geopolíticas que acabam desviando a atenção do capital estrangeiro do Brasil. Para atrair mais capital externo, a executiva recomenda a continuidade de reformas, como a tributária, aprovada na última sexta-feira pela Congresso. "A simplificação dos **impostos** beneficia a todos e torna o sistema mais justo", acrescenta. "Agora, a alíquota do IVA, o Imposto sobre Valor Agregado, não pode ser tão elevada como se tem falado, de 27,5%." Veja os principais trechos da entrevista de Sandra Utsumi, que participará, nesta terça-feira, do seminário Desafios 2024: o Brasil no rumo do crescimento sustentado, promovido pelo Correio.

Como avalia o primeiro ano do governo Lula? O crescimento da economia foi maior que o esperado e o desemprego, a **inflação** e os juros caíram.

O Brasil teve um desempenho econômico positivo pela consistência de uma política monetária que permitiu a queda da **inflação**, dos juros e um crescimento forte

das exportações pelo segundo ano consecutivo. Sem a atuação firme do Banco Central, que retomou a confiança dos agentes econômicos, certamente o quadro atual não seria o mesmo. A **inflação** é o que há de pior para uma economia, pois desestrutura tudo e mina o crescimento econômico, o emprego e a renda.

Apesar desses bons resultados, ainda há muitas incertezas no meio do caminho, especialmente, quanto à questão fiscal. Por quê?

A queda de qualidade do desempenho fiscal no Brasil não tem sido ressaltada pelo fato de a maioria dos países, incluindo os desenvolvidos, ter apresentado deslizes desde a pandemia. Daí o fato de o rating soberano do país, medido pelas agências de classificação de risco, não ter sofrido alterações. A boa notícia é que a continuidade da queda dos juros em 2024 deverá reduzir um pouco o ônus dos serviços da dívida, ou seja, o Tesouro Nacional terá uma conta menor a pagar aos detentores de títulos públicos. Isso acaba ajudando o ajuste fiscal.

É possível esperar um 2024 melhor que 2023?

O próximo ano será ainda de crescimento abaixo do potencial do Produto Interno Bruto (**PIB**) global, e isso deverá afetar também o Brasil, sobretudo, no primeiro semestre, quando há risco de recessão na Europa e de estagnação nos Estados Unidos. A queda dos juros no Brasil não deverá ser suficiente para permitir um crescimento à semelhança de 2023, que foi surpreendente, próximo de 3%. Esperamos um avanço do **PIB** em 2024 entre 1,5% e 2%.

Quais são, na sua opinião, os maiores desafios do Brasil?

Os mesmos de sempre: aumentar a competitividade da economia e melhorar o ambiente de investimentos de longo prazo.

Reformas que simplifiquem a estrutura fiscal, o desenvolvimento da infraestrutura, a formação de capital humano e outras são essenciais.

O Brasil ainda está entre os 10 piores países do mundo em termos de distribuição de renda, e a melhora depende, em grande parte, do investimento em educação e capacitação profissional.

Qual o impacto da **reforma tributária** aprovada pelo

Congresso na economia brasileira?

O princípio da reforma é promissor, porque acaba com os **impostos** em cascata no Brasil. Reduz muito a complexidade, com apenas dois **impostos**, um federal e um estadual, sobre o consumo.

Agora, será preciso evitar que o IVA dual seja tão alto, como se tem falado, podendo chegar a 27,5%. As negociações entre governo e estados serão fundamentais para não prejudicar o setor produtivo e os consumidores. Outro ponto positivo é o imposto seletivo sobre produtos que afetam a saúde e o meio ambiente. Mas, é preciso que a reforma seja implementada o mais rapidamente possível, pois o prazo definido pelo Congresso me parece longo diante das necessidades do país de ter um sistema tributário mais simples e justo.

A situação política no Brasil está pacificada? Até que ponto isso preocupa os investidores?

Os investidores deverão estar mais atentos ao contexto geopolítico global do que ao brasileiro em 2024. As eleições municipais devem indicar qual o grau de alinhamento ou não do eleitor com o governo federal, mas não devem influir, significativamente, na percepção do investidor estrangeiro.

O país está no radar do capital estrangeiro? Por quê?

O Brasil não é prioridade para o capital estrangeiro neste momento.

Está em curso uma mudança no padrão dos fluxos de investimento.

Os recursos de curto prazo deslocam-se com o cenário doméstico e o custo de oportunidade, com base nas taxas de juros dos Estados Unidos. O investimento estrangeiro direto no mundo tem sido afetado pelos atritos comerciais e geopolíticos. Nesse contexto, as multinacionais têm promovido movimentos denominados de "reshoring" (retorno ao país de origem), "friend shoring" (deslocamento para regiões com menor risco de atritos comerciais e geopolíticos) e "near shoring" (estar mais próximo do mercado consumidor). Em termos de competitividade, não têm sido de grande atração para os investidores os avanços que o Brasil tem promovido para melhorar os indicadores de transparência, para simplificar o enquadramento regulatório dos diversos setores da economia, para ampliar a produtividade, com melhora da infraestrutura, da educação e da capacitação da mão de obra, e para tornar a legislação fiscal mais consistente.

O país deixou de ser atrativo?

A combinação da mudança de estratégia de posicionamento global dos investidores com a lenta evolução dos índices de competitividade fez o Brasil perder posições significativas no ranking de confiança dos investidores nos últimos 10 anos. No exemplo da Kearney FDI Confidence Index, o Brasil, que sempre esteve entre os 10 primeiros destinos de investimento direto até 2015, passou para 22º em 2020, 24º em 2021, e 22º em 2022. O movimento de "reshoring" fez com que os Estados Unidos passassem de terceiro para primeiro destino de investimento direto entre 2015 e 2022, enquanto a China caiu de segundo para o décimo no mesmo período.

Dos 25 destinos mais atrativos em 2005, 11 eram países emergentes.

Em 2022, somente seis emergentes (China, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Tailândia, Arábia Saudita e Brasil) faziam parte dessa lista.

Até que ponto a decisão do Federal Reserve, o BC dos Estados Unidos, de manter os juros inalterados ajuda o Brasil?

A decisão veio com uma mudança nas projeções para os próximos três anos, que inclui o início de um corte em 2024. Essa mudança das projeções é o fator que deve beneficiar o Brasil do ponto de vista do custo de oportunidade para os investidores que queiram ter exposição a ativos brasileiros. Favorece também a manutenção da cotação do real ante o dólar próxima dos níveis atuais, de R\$ 4,90, mesmo com a redução dos juros promovida pelo Banco Central do Brasil.

Há, realmente, espaço para os Estados Unidos e mesmo a Europa começarem a cortar juros?

Haverá espaço a partir do último trimestre de 2024 tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. O Banco Central Europeu, no entanto, tende a enfrentar mais desafios com a sua política de meta de **inflação**, pois uma possível recessão no primeiro semestre de 2024 ainda deve ser acompanhada de **inflação** acima dos 2%, devido ao fim dos incentivos fiscais para reduzir o impacto na **inflação** da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Os Estados Unidos podem, eventualmente, antecipar os cortes nos juros no caso de um tombo da economia, também no primeiro semestre.

O pior da **inflação** global ficou para trás?

Muito provavelmente. Segundo as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a **inflação** global deve desacelerar de 8,7%, em 2022, para 6% em 2023, 4,4% em 2024 e 3,5% em 2025, próxima, portanto, à média observada antes da crise sanitária.

Como vê a guinada da Argentina à direita? Até que ponto isso influencia as relações com o Brasil?

As mudanças de direção política em todas as democracias, seja para a direita, seja para a esquerda, têm sido acompanhadas pela incapacidade de os governos promoverem um ambiente de crescimento e de melhora do padrão de vida dos eleitores. Os eleitores argentinos reprovaram a incapacidade do governo anterior de estabilizar a situação fiscal e a consequente **inflação** crônica, que supera os dois dígitos há uma década, passando de 100% neste ano. O Brasil tem lidado com relações comerciais fragilizadas com a Argentina nas mais de duas décadas em que o país vizinho enfrenta crises frequentes. No caso de atritos por questões de posicionamento político, o Brasil tende a buscar alternativas com outros parceiros comerciais. A Argentina tem mais necessidade de manter relações de comércio com o Brasil que o inverso.

A COP28 não conseguiu selar o fim dos combustíveis fósseis?

Como o clima vai impactar as economias, sobretudo, as de países produtores de alimentos, como o Brasil?

O fim do uso dos combustíveis fósseis na escala global ainda é uma realidade distante. Mesmo nos países desenvolvidos, é uma discussão não consensual e com elevados custos de transição. O acordo da COP28 foi somente um compromisso em debater o fim do uso dos combustíveis fósseis.

Não estabelece datas, metas e, tampouco, obrigatoriedade e responsabilidade.

O Brasil realmente tem condições de liderar a transição energética no mundo?

Não acredito que haja um país que, individualmente, seja capaz de liderar a transição energética no mundo. Além de uma vontade coletiva, há uma grande necessidade de investimento em novas tecnologias. Todos irão precisar de mais energia elétrica de fato, mas não existem ainda fontes sustentáveis e na escala necessária para o crescimento global esperado, próximo de 3% do **PIB** mundial ao ano. Infelizmente, o Brasil não tem acompanhado o ritmo de geração de novas tecnologias no setor de energia, como na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, na China e no Japão. Nessas regiões, o compromisso de transição energética está numa fase mais avançada por uma questão de estratégia de longo prazo voltada à independência, principalmente, do petróleo e gás, e sustentabilidade ambiental.

O Brasil não é prioridade para o capital estrangeiro neste momento.

O investimento estrangeiro direto tem sido afetado pelos atritos comerciais e geopolíticos"

A **reforma tributária** é promissora, porque reduz muito a complexidade.

Agora, será preciso evitar que o IVA dual seja tão alto como se tem falado, podendo chegar a 27,5%"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/18/all.pdf>

Fim do ano legislativo positivo para a economia

DENISE ROTHENBURG E EVANDRO ÉBOLI

O governo tem o que comemorar no balanço a ser apresentado na reunião ministerial desta quarta-feira, a última do ano. A economia cresceu mais do que o esperado e, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas, deve fechar em 2,9% de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**). A **inflação** será menor do que a de 2022 e o desemprego fecha em baixa. O Legislativo também chega à última semana de trabalho de 2023 com um saldo positivo para a União, com aprovação de medidas que elevam a arrecadação e apontam para um 2024 com esperança de equilíbrio nas contas. Nesse campo, porém, a guerra ainda não terminou. Os próximos dias seguem cruciais para os interesses do Palácio do Planalto. Algumas matérias ainda precisam ser votadas, entre as quais o Orçamento da União, peça-chave para garantir recursos às ações federais e assegurar verbas para as emendas parlamentares, consideradas vitais em ano eleitoral. As emendas, aliás, representam o principal motivo de os deputados e senadores decidirem votar o Orçamento ainda este ano.

O último ato conjunto do Legislativo será a promulgação da **reforma tributária**, na quarta. A ideia é marcar a proposta como um feito histórico dos parlamentares. Em conversas reservadas, muitos não gostaram do fato de o presidente Lula ter citado a aprovação da tributária como um "fato histórico" em evento em São Paulo, no sábado, mas ter atribuído toda a coordenação ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No Parlamento, todos sabem que, se não fosse o empenho dos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, e dos líderes partidários, a reforma não teria sido aprovada.

"Nenhuma surpresa a aprovação aqui na Câmara, onde as pautas andam com muito apoio dos parlamentares. Claro que tem o interesse de determinados setores da economia, um colegiado gigantesco, diferente do Senado, o que também permite uma negociação mais genérica e sem descer a tantos detalhes", disse Lira. "O texto veio com alterações do Senado, mas em dois dias alcançamos a unidade, cada casa fez concessão num tema ou outro, com a participação do ministro Fernando Haddad (Fazenda), que participou das negociações", completou o presidente da Casa.

Lira, aliás, quer mais. "Quero terminar o ano bem", disse ele, pronto para ir além da **reforma tributária**. Para alcançar esse propósito, a semana será "cheia", com previsão de votações de segunda a sexta, entre sessões remotas, nos dois extremos da semana, e presencial na terça, quarta e quinta.

Das mais importantes matérias remanescentes, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser votada amanhã, em sessão do Congresso Nacional. É o cronograma de Lira. Quem define essa pauta é o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A LDO teve mais polêmica do que o Orçamento do ano que vem. No texto, o relator Danilo Forte (União-CE) fez ajustes, como o recuo de excluir o financiamento do Sistema S do Orçamento de 2024 e retirou um cronograma para pagamento obrigatório de emenda de comissão. O total destinado a emendas será de R\$ 49 bilhões no próximo ano, um recorde.

O MAIS IMPORTANTE

Além do Orçamento, que precisa ser aprovado em sessão conjunta, o governo estará de olho no Senado, que deverá votar o projeto considerado o mais importante pela equipe econômica de Lula para efeitos de caixa imediato: a alteração das regras dos benefícios concedidos por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e que pode injetar nas contas do Tesouro cerca de R\$ 35 bilhões em 2024. O texto foi aprovado na comissão especial mista e no plenário da Câmara. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, assumiu o compromisso de pautar e ajudar na aprovação do projeto. Na Câmara, a medida provisória foi aprovada com bastante folga: 335 votos a favor e 56 contrários. É esperado um desempenho semelhante entre os senadores, sem risco de sustos para o Planalto.

A proposta permite ao governo federal tributar, a partir de 2024, o aumento de lucro gerado por incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais. Os benefícios com relação ao tributo, agora, terão que entrar na base de cálculo de pagamento de taxas como o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o PIS e o Cofins.

Resta ainda na pauta outro projeto de interesse do governo, o que regulamenta as apostas esportivas on-

line, as ""bets". A equipe econômica faz uma projeção de arrecadar R\$ 1,6 bilhão em 2024 com essa atividade. O texto já tinha sido aprovado na Câmara. mas os senadores alteraram. Agora, volta à Câmara e Lira já anunciou que irá votar esta semana.

No Senado, a oposição conseguiu excluir os cassinos on-line, limitando a abrangência do projeto a jogos baseados em eventos reais, caso do futebol, modalidade na qual o apostador tenta adivinhar que jogador irá fazer um gol e o placar da partida. Essa mudança se deu por uma emenda do senador Carlos Portinho (PL-RJ) e foi aprovada por 37 votos contra 27.

PONTO DE PREOCUPAÇÃO

Um ponto que Lula considera importante ter atenção permanente é o Senado. Ali, por mais ajuda que a União tenha recebido, inclusive com a aprovação do ministro da Justiça, Flávio Dino, para o Supremo Tribunal Federal, a base não é considerada tão sólida. Além disso, há o receio de que as rugas entre o Senado e o Poder Judiciário acabem respingando na relação de ambos com o Executivo. Nesse sentido, uma das principais missões de Dino será tentar ajudar na pacificação entre os Poderes.

Afinal, Lula teve um ano positivo para quem começou sob muita tensão em janeiro de 2023. Agora, é tratar de manter esse clima no futuro próximo, quando o principal desafio, além dos indicadores da economia, será preservar a frente ampla em pleno ano eleitoral. Esse será o jogo político do Poder Executivo para 2024.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/12/2023/p1>

Governo estuda celeridade nas nomeações

O governo federal estuda diminuir para três meses o prazo final para a contratação de novos **servidores públicos**. A ideia tem sido debatida no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) durante a preparação do concurso nacional unificado, que oferecerá 6.640 vagas em 21 órgãos.

Hoje, o prazo para que os novos servidores assumam seus postos após aprovados nas seleções varia, mas está em um ano, em média.

A ideia, segundo o secretário do MGI, José Celso Cardoso Jr., é reduzir o prazo de contratação no serviço público federal caso o novo modelo de seleção unificada se torne regra no país, já que os aprovados poderão formar um banco prévio de dados de cidadãos capacitados para trabalhar no governo federal.

"Teríamos uma espécie de banco de candidatos pré-aprovados, que já teriam prestado a seleção e estariam aptos a assumir os cargos.

Nesse caso, a seleção seria mais rápida e em três meses teríamos pessoas trabalhando", afirmou Cardoso em recente entrevista.

A prova do chamado "Enem dos concursos" teve a data adiada e agora está prevista para ocorrer em 5 de maio de 2024. Até então, o MGI estimava que o exame seria entre fevereiro e março do próximo ano.

O edital com as regras do processo seletivo será divulgado em 10 de janeiro.

O período de inscrições será de 19 de janeiro até 9 de fevereiro.

Outra mudança foi a inclusão de mais 37 cidades para receber a seleção.

Com isso, 217 municípios do Brasil estão na relação.

O concurso é para 6.640 vagas, em 20 órgãos públicos. A lista de cargos inclui oportunidades de analista, técnico administrativo, engenheiro, assistente social, técnico em comunicação social, médico, economista, advogado, analista de comércio exterior, arquiteto, arquivista e médico, entre outras.

No caso do concurso unificado, após a divulgação dos resultados, caberá a cada órgão estabelecer o cronograma de convocação para a posse dos novos

servidores e, onde houver necessidade, para os cursos de formação.

Para cargos que não necessitam de cursos de formação, os aprovados poderão ser nomeados no mês seguinte à divulgação de resultados, diz o ministério. De acordo com o MGI, a primeira edição do concurso nacional unificado é uma iniciativa-piloto, que deve servir de base para contratações futuras. A forma como será realizada a seleção ainda está em estudo.

Edital

A banca organizadora, a Cesgranrio, participa de forma ativa do processo de criação das regras.

Será na divulgação do edital que será possível entender como, de fato, ocorrerão as provas objetivas gerais a todas as carreiras e as provas específicas de cada cargo.

As normas gerais de participação no concurso nacional unificado estarão no edital da seleção.

Dentre as informações que serão publicadas estão onde será a lotação do candidato, ou seja, onde ele irá trabalhar, e as orientações para escolher a vaga a que irá concorrer.

Estão previstas cotas para candidatos negros e indígenas e pessoas com deficiência, conforme determina a legislação federal. No caso da Fundação Nacional do Índio (Funai), as cotas para indígenas serão maiores do que nos demais órgãos.

Serão duas provas no mesmo dia. A primeira delas será objetiva sobre conhecimentos gerais e a segunda, de questões específicas e dissertativas por blocos temáticos.

Após essa primeira fase, poderão ser agregadas, a critério dos órgãos ou por determinação legal de carreiras específicas, pontuações relativas a títulos acadêmicos, experiência profissional, apresentação de memoriais e provas práticas, entre outros documentos que possam ajudar a provar a qualificação do candidato para exercer o cargo.

As questões específicas ainda serão definidas pelas comissões organizadoras dos órgãos.

Há um guia sobre o concurso, que orienta os interessados sobre os pontos nos quais o candidato

deve prestar atenção durante o processo, como a permissão de apenas uma inscrição por CPF, além de ser específico ao optar pelo cargo no qual melhor se enquadra.

As informações estão no site oficial no concurso podem ser acessadas no site <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional>.

SAIBA MAIS

» No momento da inscrição, os candidatos deverão optar por um dos blocos das áreas de atuação que estiverem disponíveis. Depois dessa escolha, os candidatos deverão indicar o cargo ou a carreira por ordem de preferência entre as vagas disponíveis no bloco escolhido.

» Segundo o MGI, o objetivo do Enem dos concursos públicos é "promover igualdade de oportunidades de acesso aos cargos públicos efetivos", além de padronizar procedimentos na aplicação das provas federais e aprimorar os métodos de seleção dos servidores.

» A intenção é "priorizar as qualificações necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao setor público e zelar pelo princípio da impessoalidade na seleção dos candidatos em todas as fases e etapas do certame", diz o órgão.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Lula se aproxima do STF para compensar dificuldades no Congresso, diz cientista político

Marlen Couto

Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador da Casa de Rui Barbosa, Christian Lynch defende, em entrevista ao GLOBO, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desenha, no atual mandato, um novo modelo de governabilidade que inclui o Supremo Tribunal Federal (STF) no presidencialismo de coalizão. Na visão do cientista político, esse é o caminho encontrado para compensar as dificuldades no Congresso. Na sua avaliação, o Supremo atua nesse arranjo como uma terceira câmara do Legislativo, e a recente indicação do ministro da Justiça Flávio Dino para a Corte reforça a tendência de um tribunal com perfil mais político nos próximos anos.

O presidente Lula encerra o primeiro ano ainda com desafios na relação com o Congresso. Quais são as dificuldades?

O Congresso percebeu que tinha de recuperar as rédeas que tinha perdido no governo Fernando Henrique. Era poderosíssimo na época do Sarney. Tinha um consenso grande e tinha troca: eu te dou isso e você me dá voto. A partir de 2013 e com a Lava-Jato, o Congresso se viu não só subordinado ao Executivo, mas também ao Judiciário. Era o Judiciário toda hora dizendo que as leis são inconstitucionais, mandando prender senador. O Poder mais amesquinhado de todos era o Congresso, e ele percebeu que tinha de recuperar seu poder.

E como isso afeta a governabilidade de Lula?

Lula chega em um cenário em que Congresso não quer se submeter nem ao Supremo nem ao Executivo. O Congresso apoiava o Bolsonaro, mas não fazia o que ele queria em termos de golpe. Estava no melhor dos mundos. O Supremo tinha de procurar o Congresso para segurar o Bolsonaro, e o Bolsonaro tinha de procurar o Congresso para confrontar o Supremo. Lula assume com um Congresso autônomo, em que o Centrão tem uma experiência durante ao menos dois anos no poder e não quer abrir mão disso. Tem orçamento secreto, as emendas de execução

obrigatória. O presidencialismo de coalizão fica complicado. Lula tem de negociar com Lira, mas também assegurar aquilo do qual não pode abrir mão do ponto de vista do programa eleitoral, que é o que dá a possibilidade de reeleição. É difícil aprovar medida provisória, tem que mandar projeto de lei.

Qual tem sido a estratégia de Lula nesse cenário?

É o que eu chamo de Arca de Noé, botar todo mundo para dentro, exceto o inimigo escolhido, o Bolsonaro e a extrema-direita. Tentar desmontar a polarização. Mas isso tem limite porque a sociedade está fraturada. Até os que querem se deixar cooptar eventualmente não podem. A gente viu isso agora com o (Sergio) Moro (na sabatina do ministro da Justiça, Flávio Dino, para a nomeação como ministro do Supremo). Quem votou nele quer que ele lacre.

O senhor defende que a governabilidade de Lula também passa pelo Supremo.

Pela impossibilidade de um presidencialismo de coalizão como funcionava no passado e permitiu em seus mandatos anteriores implementar em grande medida o seu programa de governo, Lula percebeu que tem que incluir o Supremo. Após a tentativa de golpe (no 8 de janeiro), ele faz uma aliança estratégica. É um presidencialismo de coalizão que agora vai ter que incorporar o Judiciário. Ele chama o Supremo para conversar, faz churrasco. Sinaliza ao Congresso que o que eles não dão, o Supremo pode dar depois. E facilita a governança, porque consegue boa vontade em julgamentos estratégicos. Lula está tratando o Supremo como a terceira câmara do Congresso. O que é o Gilmar Mendes senão um senador? Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e agora Dino têm um peso político. Agora será preciso nomear políticos para o Supremo como se nomeia para o TCU.

Teremos uma mudança no perfil dos ministros?

Todo mundo se deu conta da centralidade do Supremo. O PT não tinha essa noção antes. Não escolhia pessoas que fossem políticos. Havia um discurso republicano. Isso acabou e não foi o PT que

fez isso. Foi Bolsonaro quando nomeou (Augusto) Aras (para a Procuradoria-Geral da República) e escolheu André Mendonça e Kassio Nunes para o STF. Lula faz o mesmo, com sinal invertido. A era de ministros liberais-republicanos, de professores, acabou. Agora você precisa restabelecer a rotina na República. Nenhum modelo poderá deixar o Supremo de fora.

Isso tende a empoderar mais o Supremo?

Os ministros sempre foram um poder político, mas Lula está botando o Supremo na engrenagem da governabilidade, até para compensar as dificuldades no Congresso. Ele trata o Supremo como trata o Senado, a Câmara dos Deputados .

Isso não pode gerar mais desgaste para o Supremo?

Há diferença. Bolsonaro queria destruir o Supremo, Lula quer cooptar. O que ele está fazendo agora, provavelmente os próximos governos vão ter que fazer também.

E quais são as necessidades do Legislativo?

Os políticos querem conversar, não acordar com a Polícia Federal na mansão deles. O Supremo está preocupado em resguardar as próprias prerrogativas e eventualmente disposto a respeitar também as do Legislativo. Isso mostra um clima mais conservador. A mentalidade de que tem que ter um Executivo forte para fazer modernização, desenvolvimento, mudança, e que o Congresso é um problema, atrasado. Agora o sistema tende a ficar mais equilibrado. Tudo vai andar mais devagar, você não vai ter mais um presidente que vai fazer grandes coisas.

Há expectativa de **reforma ministerial**. Isso pode ajudar na relação com o Legislativo?

O efeito não é muito grande. O governo tem uma coalizão muito complicada. Agora, certamente o esforço vai ser nesse sentido. É o segundo ano do governo, é um ano que tem eleição municipal. Ao mesmo tempo, ele tem que deixar a casa arrumada para que no máximo no terceiro ano consiga faturar com crescimento econômico. As eleições municipais são preparatórias das presidenciais e de governo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/12/18/lula-se-aproxima-do-stf-para-compensar-dificuldades-no-congresso-diz-cientista-politico.ghtml>

Documentação em ordem pode acelerar pedido de aposentadoria

CAIO PRATES

Os segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que dão entrada no pedido de aposentadoria no Brasil enfrentam uma série de obstáculos. Os problemas foram acentuados por conta da pandemia da Covid-19 e também pelo aumento da fila de pedido de benefícios em todo País. Entre os principais entraves está a documentação exigida pela autarquia federal. Os cidadãos costumam esquecer de entregar a documentação completa ou realizar algum ato burocrático obrigatório.

Já no **INSS** os problemas mais comuns são na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações.

O advogado especialista em direito previdenciário, Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti, as falhas nas informações prestadas pelo segurado ao **INSS** afetam o andamento de processos de aposentadorias.

"Os erros mais comuns cometidos pelos segurados no momento de solicitar benefícios ao **INSS** são na documentação.

Como, por exemplo, não corrigir as divergências apresentadas no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), como divergências nos dados pessoais, ausência de data de saída de algum vínculo, falta de registro de contribuições individuais e contribuições realizadas a menor; não contratar um advogado para orientá-lo qual o melhor momento de requer o benefício e assim garantir um valor de benefício melhor; pagamentos em atraso sem comprovação de atividades; falta de comprovação de atividades especiais; falta de documentos comprovando atividade rural e falta de comprovação de dependência econômica e convivência, no caso de pensão por morte na união estável", pontua.

Jorgetti afirma que quando há pendências na documentação, o **INSS** simplesmente tem negado a concessão do benefício, forçando o segurado a entrar com recurso o que faz com que o pedido volte para a fila de espera demorando mais tempo para ser analisado. "Existem casos em que o recurso é negado e é necessário propor ação judicial para resolver,

sendo que isso poderia ter sido evitado com a regularização das pendências antes do requerimento do benefício", afirmou.

Na visão do advogado João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, o trabalhador comete erros por falta de conhecimento técnico, o que acaba atrasando o processo de aposentadoria, ou até mesmo de acessar outros benefícios previdenciários.

"Uma maneira de evitar estes erros é analisar o CNIS, para verificar se existem erros nos salários de contribuição, nos vínculos empregatícios e também os documentos que podem aumentar o tempo de serviço e a renda", orienta.

Os especialistas alertam que os segurados devem seguir três passos para minimizar os erros.

Primeiro, verificar no CNIS as informações sobre o período de recolhimento de contribuições previdenciárias. Depois, confrontar os vínculos das carteiras de trabalho e guias de recolhimento, para verificar se todos os períodos estão completos e corretos no CNIS. E, por último, verificar os salários de contribuição e confrontar com os holerites, guias de recolhimento e alterações salariais da CTPS para ver se estão corretos.

Marco Aurelio Serau Junior, advogado, professor da UFPR e diretor científico do Ieprev, destaca que a análise do CNIS é extremamente importante e deve ser feita por um profissional especializado, "que analisará os contratos de trabalho e contribuições do cliente, em comparação com o CNIS e, havendo divergência, tomará as medidas adequadas, na via administrativa ou se necessário até mesmo na Justiça". Em relação aos benefícios por incapacidade para o trabalho, é comum que haja a entrega de documentos antigos, que não comprovam a persistência de incapacidade.

João Badari destaca que outro documento que merece atenção é o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) para a comprovação de período insalubre. "É uma obrigação da empresa fornecer o PPP. E o trabalhador tem o direito de receber este documento em sua rescisão ou ao solicitá-lo. Caso a empresa não exista mais, é importante tentar contatar os responsáveis e usar o site da **Receita Federal** para obter

informações. A massa falida sempre tem um administrador e na Junta Comercial você também poderá acessar o contrato social da empresa e localizar os sócios", orienta.

Outro problema de documentação que pode atrasar o pedido de aposentadoria ou de outros benefícios está relacionado a problemas no atestado médico. O documento médico deve relatar exatamente qual a doença que o segurado possui, o tempo de afastamento necessário para recuperar sua capacidade laborativa, além do código internacional de doença, também chamado de CID.

"O atestado médico apresentado no pedido ao **INSS** deve observar os seguintes requisitos: estar legível e sem rasuras; conter a assinatura do profissional emissor e carimbo de identificação, com registro do conselho de classe; conter as informações sobre a doença ou CID; e conter o prazo estimado de repouso necessário", relata o especialista.

FALHA DA AUTARQUIA Entretanto, os especialistas lembram que o indeferimento das solicitações também ocorre devido a erros por parte da autarquia e que independem do modo com os pedidos são formulados.

"Também há erros por parte do **INSS** como, por exemplo, na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações", alerta Marco Serau Junior.

Site: <https://www.dgabc.com.br/Login>

"Uma "Argentina" aposentada em 2024"

Henrique Lessa, Fernanda Strickland

O principal desafio do ministro da Previdência, Carlos Lupi, é a redução na fila de espera para a concessão dos benefícios.

Em março, chegou a dizer que conseguiria reduzi-la para apenas 45 dias e acredita que fechará este ano com um número médio, que engloba todo o país, bem próximo disso.

Ele observa que o descaso no atendimento ao segurado faz parte daquilo que classifica como "cultura da negação" - que é quando o Estado impõe barreiras para dificultar direitos líquidos e certos dos cidadão.

Mas vê aspectos positivos neste primeiro ano de gestão, sobretudo o de fazer prevalecer a ideia de que a Previdência existe para servir às pessoas que a procuram. Mesmo porque, segundo Lupi, atualmente são 39,3 milhões segurados e, em 2024, esse número ultrapassará os 40 milhões - o equivalente à população da Argentina. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Quais os maiores problemas no enfrentamento da fila?

As dificuldades da **Previdência Social** não são apenas a fila, ela é o ponto mais exposto.

Advogados usam a fila porque eles ganham mais dinheiro assim.

Quanto mais tempo o beneficiário esperar para receber, maior é o lucro desses profissionais.

Quando o segurado recebe o atrasado, o prejuízo é para a Previdência, que precisa arcar com esse montante. Mas, normalmente, os valores desses atrasados vão para os advogados.

E as dificuldades com os médicosperitos?

Foram resolvidas?

Tem que perguntar isso para eles, não para mim. É uma profissão que considero quase como um sacerdócio, para quem tem consciência da profissão. Quase mil aderiram aos mutirões, praticamente 1/3 aderiu ao programa voluntário, ninguém é obrigado.

Muitos desses médicos têm mais de um emprego, a maioria tem sua clínica particular e, para eles, não

compensa. Não tem a ver com a associação (dos médicos- peritos). Não compensa para eles fazer qualquer tipo de hora extra. Fazem apenas as horas previstas no contrato de trabalho.

Nossa ideia é de 10 a 12 atendimentos diários, mas esse setor é difícil, é uma categoria muito corporativa. Tenho que fazer aquilo que é melhor para a sociedade.

Comecei a mexer num vespeiro. Quando você pega um atestado, é uma prova médica de que você está liberado, o patrão libera, quem assina é um médico, com CRM. Por que não valer na Previdência? Por que tenho que fazer uma perícia para atestar aquilo que o médico já atestou?

Vai acabar a perícia médica?

A perícia médica não faz apenas isso. O Atestmed, essa licença médica, vale por 90 dias, mas tem gente que teve acidente, que precisa da aposentadoria permanente.

Tem quem teve uma doença que exige um exame físico, mas outros, não. Um exemplo dessas doenças são as psíquicas.

Como é que você vai atestar isso por vídeo? Como é que você vai atestar apenas com o papel? Isso incomoda uma parcela da associação, que acha que a gente quer tirar o emprego deles (médicos- peritos). Isso não é verdade.

Sempre terá um médico examinando, assinando o atestado.

Ou será que o médico que não é da perícia vale menos do que o médico da perícia?

O senhor vem prometendo um atendimento humanizado. Isso acabaria com o teletrabalho dos servidores - reclamam da medida e pedem 30% de reposição - e alguns dão expediente fora do país.

No exterior tem alguns, são pouquíssimos casos, pessoas que estão fazendo algum curso de pósgraduação que, para a instituição, é importante. Todos que estavam irregulares foram proibidos. Quanto à reposição é natural - fui ministro do Trabalho por cinco anos -, é legítimo que o trabalhador sempre queira a reposição salarial.

No primeiro ano, demos aumento acima da **inflação**. Hoje, temos 39,3 milhões de seres humanos que dependem da Previdência, há um ano eram 38 milhões. No ano que vem, devemos ter uma Argentina, mais de 40 milhões (de aposentados).

A fila surgiu pela cultura de negar, do não, aí aumentou em dezenas de milhares os recursos.

Isso aconteceu quando botaram 2 mil militares que não tinham experiência nenhuma na **Previdência Social** para fazer atendimento e coibir a fraude. Não coibiram nada e a fila aumentou.

A fraude aumentou?

A fraude sempre existiu e vai existir em qualquer departamento público. Infelizmente, a cultura de uma parcela da sociedade é que o Estado é a viúva que a gente pode pegar tudo. Hoje, a informatização nos ajuda muito a coibir isso. Estamos investindo muito no Meu **INSS** e a Dataprev vem nos ajudando. Ano que vem, vamos ter uma série de medidas, teremos até robôs para melhorar o serviço. Mesmo assim, o ser humano é insubstituível.

Toda máquina precisa de um ser humano para operá-la e chamamos 1.250 novos funcionários este ano. Vamos, agora, chamar o banco de reserva, que tem em torno de 1.800 (pessoas). Solicitei e foi avisado pela ministra Esther (Dweck), da Gestão, para que aproveitemos quem está aprovado para chamar.

Em abril, o senhor disse que colocaria a fila no limite legal de 45 dias até o final do ano. Isso não aconteceu.

Disse que enquadraria a fila no limite de 45 dias e chegamos lá. Eu provo, estou pronto para o desafio.

Consultando o Portal da Transparência Previdenciária, os números apresentados de setembro não mostram isso.

Setembro saiu em outubro, mas ainda temos de publicar o de novembro, que está saindo e, depois, o de dezembro. Pelas minhas contas, o ano só acaba dia 31 de dezembro.

Mas a transparência está há três meses sem informação?

Não senhor, todo mês sai. Mas temos dois tipos de informações.

No ministério, temos o Beps (Boletim Estatístico da **Previdência Social**), que é uma informação do programa estatístico, que sai com uma defasagem de 30 a 60 dias, e coleta todos os dados relativos à

Previdência - não só o atendimento que se faz no **INSS** e sim toda a correlação com todos os dados. Quantos que entraram, qual é a idade, que tipo de benefício, se é do BPC, da agricultura. O Beps monitora toda a Previdência e baliza os programas sociais do governo. São dados profundos, é uma maçaroca grande, de 80 a 100 folhas, sempre com essa defasagem de dois meses. No Portal da Transparência, que é para sair todo mês, normalmente depois do dia 10, coloquei os dados gerais relativos ao mês anterior.

Mas estão faltando dois meses no Portal da Transparência Previdenciária.

Não, no portal você deve ter de outubro, pode abrir aí. (O Portal da Transparência Previdenciária foi acessado durante a entrevista e apresentado ao ministro. Confirmada que a informação ainda era a de setembro, ele admitiu um erro na atualização dos dados.) O que aparece no portal?

Portal da Transparência. setembro, mês de setembro. Que sai sempre em outubro. Tem alguma falha que tenho que checar. Porque já saiu o de outubro e vai sair o de novembro, que não saiu ainda.

O que os dados vão mostrar? A fila caiu para os 45 dias?

Temos uma média do número nacional do tempo de espera.

Tem alguns tipos de benefícios que ainda estão atrasados.

Por exemplo: quem vai trabalhar no exterior, volta para o Brasil e quer se aposentar - esse ainda é o que mais demora, porque depende da certificação apresentada pelo país de origem. Então, esse processo demora um ano, um ano e meio. Mas o tempo médio, da última transparência que tenho, é de 49 dias em novembro. Hoje está batendo 45 e isso eu garanto porque acompanho diariamente.

O índice é feito por estado, por região, e se faz a média nacional.

Em São Paulo, a média de espera é de 32 dias. No Rio de Janeiro, está perto de 40. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, abaixo dos 40. No Norte e no Nordeste, ainda é maior - alguns estão entre 50 e 48 dias. Vamos chegar em 31 de dezembro, quando termina o ano, na média de 45 dias.

Está muito próximo.

Mas ainda não?

Tivemos em março 1,8 milhão de pedidos, em média. As pessoas esperando 110 dias e tinha gente que esperava mais. Hoje, a média é de 49 dias. Garanto que vai chegar em 45 dias e por vários motivos.

Nos primeiros meses, chamamos 1.250 funcionários concursados - claro que depois que você chama, tem que fazer um curso de qualificação, tem que ser distribuído, tem que pegar o ritmo.

Mas, também, introduzimos o Programa de Enfrentamento da Fila (PEF), que está completando três meses. Nos últimos seis meses, mesmo com uma entrada recorde de pedidos - em média 1 milhão por mês -, estamos atendendo mais solicitações do que as novas que chegam.

Por que esses dados não são disponibilizados ao público?

Esses números são variáveis.

Isso é igual a bolsa de valores: você quer aplicar, tem o valor do dia. Mas o ser humano não é para ser aplicado, a gente não pode vulgarizar o tratamento da vida humana. Temos um percentual de quase 5 milhões de beneficiários que são pessoas com deficiência.

Acho antiético mexer com essa população e expô-la.

Então, a gente tem que ter todo o cuidado para efetivar esse processo, conseguir resolver, ver se ainda estão na fila.

Usuários reclamam que não entendem a linguagem do aplicativo do **INSS**...

Tem razão, olhamos muito para dentro. A área da perícia médica, por causa da entrada do Attestmed, tivemos uma diminuição de quase 40% na fila. O sistema substitui parte do trabalho dos peritos, mas agora usamos nos casos mais graves. No programa, ainda temos algumas dificuldades, mas avançamos no nosso aplicativo. Hoje, ele corresponde a cerca de 60% dos atendimentos da Previdência. São 40 milhões de acessos por mês.

O corte nos juros do consignado não foi no nível desejado, rendendo até uma cobrança do presidente Luiz Inácio Lula, da Silva. Como está isso?

O que o presidente falou é que eu deveria ter consultado, antes, as outras áreas do governo. Mas conseguimos a redução. Peguei a taxa dos consignados a 2,17% e, hoje, está 1,8%. É a mais baixa da história do consignado. O Banco Central

(BC), que é o balizador dos juros da economia, diminui a taxa que estou seguindo". O BC baixa, eu baixo no consignado.

Qual o impacto da desoneração da folha no **INSS**?

Tenho muita preocupação porque sempre colocam a Previdência como algoz. Mas o ser humano não é número matemático, é vida. Todo mundo tem um parente aposentado, é impossível que não tenha. Será que não dá para entender que esse ser humano precisa ser respeitado, que precisamos avançar nesse direito social? O que é mais importante?

A matemática fria do superavit ou a sensibilidade de saber que, sem isso, as pessoas não conseguem sobreviver?

Mas a desoneração da folha pode gerar emprego. Cortar a receita da Previdência é certo, é bom, favorece a economia, mas, na hora de dizer que a Previdência tem deficit, todo mundo reclama.

No PDT, temos visto disputas intensas, em especial entre os irmãos Cid e Ciro Gomes. O senador apoia o governo Lula, enquanto o ex-ministro tem uma posição crítica. Como fica o partido?

Quanto à discussão que está se travando entre Ciro e Cid, tem a ver com o Ceará. O Ciro tem uma posição muito forte em cima do governo Lula, é verdade, principalmente na visão macroeconômica.

Vocês nunca vão conseguir me intrigar com o Ciro, ele é um irmão que a vida me deu.

Não é para intrigar, é entender para onde vai o PDT.

Essa divergência envolve o estado do Ceará. Lá, durante o processo eleitoral, o Cid, inconformado de o PDT ter a candidatura do Roberto Cláudio, foi para São Paulo e não fez campanha para ninguém. O Ciro, que era o grande padrinho da campanha do Roberto, foi fazer campanha, perdemos e ganhou o PT. Assim que perdemos, o Cid volta querendo que a gente apoie o PT e faça parte do governo.

Lá, nós perdemos no primeiro turno, diferentemente do Lula, que apoiamos no segundo.

Às vezes têm embates regionais que são impossíveis, inadministráveis.

Nesse caso, tem outra dificuldade: são irmãos. Como é que a gente vai administrar a divergência profunda entre irmãos?

Simplesmente respeito e acompanho a decisão da

maioria do partido.

A desaceleração no **PIB**, no último trimestre, muda a perspectiva da Previdência para 2024?

Há a tendência de que, em 2024, não tenhamos o mesmo crescimento, mas só vamos ter certeza disso em março ou abril do próximo ano. A redução no ritmo do **PIB** estava prevista, mas achavam que a queda seria maior. Gravem, o Brasil vai crescer mais de 2% em 2024.

Qual a aposta do senhor para o Ministério da Justiça? E a **reforma ministerial** prevista para janeiro?

Está confiante em permanecer?

Sobre a decisão do presidente, como sou um cargo de confiança, não ouço e não falo. A decisão é dele.

Botaram 2 mil militares que não tinham experiência nenhuma na **Previdência Social** para fazer atendimento e coibir a fraude. Não coibiram nada e a fila aumentou" Peguei a taxa dos consignados a 2,17% e, hoje, está 1,8%. É a mais baixa da história do consignado. O Banco Central (BC), que é o balizador dos juros da economia, diminui a taxa que estou seguindo" Às vezes têm embates regionais que são impossíveis, inadmissíveis.

Nesse caso, tem outra dificuldade: (Cid e Ciro Gomes) são irmãos. Como é que a gente vai administrar a divergência profunda entre irmãos"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/18/all.pdf>

Carlos Lupi calcula que Brasil terá uma Argentina aposentada em 2024

Fernanda Strickland

+

O principal desafio do ministro da Previdência, Carlos Lupi, é a redução na fila de espera para a concessão dos benefícios. Em março, chegou a dizer que conseguiria reduzi-la para apenas 45 dias e acredita que fechará este ano com um número médio, que engloba todo o país, bem próximo disso. Ele observa que o descaso no atendimento ao segurado faz parte daquilo que classifica como cultura da negação - que é quando o Estado impõe barreiras para dificultar direitos líquidos e certos dos cidadãos. Mas vê aspectos positivos neste primeiro ano de gestão, sobretudo o de fazer prevalecer a ideia de que a Previdência existe para servir às pessoas que a procuram. Mesmo porque, segundo Lupi, atualmente são 39,3 milhões segurados e, em 2024, esse número ultrapassará os 40 milhões - o equivalente à população da Argentina. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Quais os maiores problemas no enfrentamento da fila?

As dificuldades da **Previdência Social** não são apenas a fila, ela é o ponto mais exposto. Advogados usam a fila porque eles ganham mais dinheiro assim. Quanto mais tempo o beneficiário esperar para receber, maior é o lucro desses profissionais. Quando o segurado recebe o atrasado, o prejuízo é para a Previdência, que precisa arcar com esse montante. Mas, normalmente, os valores desses atrasados vão para os advogados.

E as dificuldades com os médicos-peritos? Foram resolvidas?

Tem que perguntar isso para eles, não para mim. É uma profissão que considero quase como um sacerdócio, para quem tem consciência da profissão. Quase mil aderiram aos mutirões, praticamente 1/3 aderiu ao programa voluntário, ninguém é obrigado. Muitos desses médicos têm mais de um emprego, a maioria tem sua clínica particular e, para eles, não compensa. Não tem a ver com a associação (dos médicos-peritos). Não compensa para eles fazer qualquer tipo de hora extra. Fazem apenas as horas previstas no contrato de trabalho. Nossa ideia é de 10 a 12 atendimentos diários, mas esse setor é difícil, é uma categoria muito corporativa. Tenho que fazer aquilo que é melhor para a sociedade. Comecei a

mexer num vespeiro. Quando você pega um atestado, é uma prova médica de que você está liberado, o patrão libera, quem assina é um médico, com CRM. Por que não valer na Previdência? Por que tenho que fazer uma perícia para atestar aquilo que o médico já atestou?

Vai acabar a perícia médica?

A perícia médica não faz apenas isso. O Atestmed, essa licença médica, vale por 90 dias, mas tem gente que teve acidente, que precisa da aposentadoria permanente. Tem quem teve uma doença que exige um exame físico, mas outros, não. Um exemplo dessas doenças são as psíquicas. Como é que você vai atestar isso por vídeo? Como é que você vai atestar apenas com o papel? Isso incomoda uma parcela da associação, que acha que a gente quer tirar o emprego deles (médicos-peritos). Isso não é verdade. Sempre terá um médico examinando, assinando o atestado. Ou será que o médico que não é da perícia vale menos do que o médico da perícia?

O senhor vem prometendo um atendimento humanizado. Isso acabaria com o teletrabalho dos servidores - reclamam da medida e pedem 30% de reposição - e alguns dão expediente fora do país.

No exterior tem alguns, são pouquíssimos casos, pessoas que estão fazendo algum curso de pós-graduação que, para a instituição, é importante. Todos que estavam irregulares foram proibidos. Quanto à reposição é natural - fui ministro do Trabalho por cinco anos -, é legítimo que o trabalhador sempre queira a reposição salarial. No primeiro ano, demos aumento acima da **inflação**. Hoje, temos 39,3 milhões de seres humanos que dependem da Previdência, há um ano eram 38 milhões. No ano que vem, devemos ter uma Argentina, mais de 40 milhões (de aposentados). A fila surgiu pela cultura de negar, do não, aí aumentou em dezenas de milhares os recursos. Isso aconteceu quando botaram 2 mil militares que não tinham experiência nenhuma na **Previdência Social** para fazer atendimento e coibir a fraude. Não coibiram nada e a fila aumentou.

A fraude aumentou?

A fraude sempre existiu e vai existir em qualquer departamento público. Infelizmente, a cultura de uma

parcela da sociedade é que o Estado é a viúva que a gente pode pegar tudo. Hoje, a informatização nos ajuda muito a coibir isso. Estamos investindo muito no Meu **INSS** e a Dataprev vem nos ajudando. Ano que vem, vamos ter uma série de medidas, teremos até robôs para melhorar o serviço. Mesmo assim, o ser humano é insubstituível. Toda máquina precisa de um ser humano para operá-la e chamamos 1.250 novos funcionários este ano. Vamos, agora, chamar o banco de reserva, que tem em torno de 1.800 (pessoas). Solicitei e foi avisado pela ministra Esther (Dweck), da Gestão, para que aproveitemos quem está aprovado para chamar.

Em abril, o senhor disse que colocaria a fila no limite legal de 45 dias até o final do ano. Isso não aconteceu.

Disse que enquadraria a fila no limite de 45 dias e chegamos lá. Eu provo, estou pronto para o desafio.

Consultando o Portal da Transparência Previdenciária, os números apresentados de setembro não mostram isso.

Setembro saiu em outubro, mas ainda temos de publicar o de novembro, que está saindo e, depois, o de dezembro. Pelas minhas contas, o ano só acaba dia 31 de dezembro.

Mas a transparência está há três meses sem informação?

Não senhor, todo mês sai. Mas temos dois tipos de informações. No ministério, temos o Beps (Boletim Estatístico da **Previdência Social**), que é uma informação do programa estatístico, que sai com uma defasagem de 30 a 60 dias, e coleta todos os dados relativos à Previdência - não só o atendimento que se faz no **INSS** e sim toda a correlação com todos os dados. Quantos que entraram, qual é a idade, que tipo de benefício, se é do BPC, da agricultura. O Beps monitora toda a Previdência e baliza os programas sociais do governo. São dados profundos, é uma maçaroca grande, de 80 a 100 folhas, sempre com essa defasagem de dois meses. No Portal da Transparência, que é para sair todo mês, normalmente depois do dia 10, coloquei os dados gerais relativos ao mês anterior.

Mas estão faltando dois meses no Portal da Transparência Previdenciária.

Não, no portal você deve ter de outubro, pode abrir aí. (O Portal da Transparência Previdenciária foi acessado durante a entrevista e apresentado ao ministro. Confirmada que a informação ainda era a de setembro, ele admitiu um erro na atualização dos dados.)

O que aparece no portal?

Portal da Transparência. setembro, mês de setembro. Que sai sempre em outubro. Tem alguma falha que tenho que checar. Porque já saiu o de outubro e vai sair o de novembro, que não saiu ainda.

O que os dados vão mostrar? A fila caiu para os 45 dias?

Temos uma média do número nacional do tempo de espera. Tem alguns tipos de benefícios que ainda estão atrasados. Por exemplo: quem vai trabalhar no exterior, volta para o Brasil e quer se aposentar - esse ainda é o que mais demora, porque depende da certificação apresentada pelo país de origem. Então, esse processo demora um ano, um ano e meio. Mas o tempo médio, da última transparência que tenho, é de 49 dias em novembro. Hoje está batendo 45 e isso eu garanto porque acompanho diariamente. O índice é feito por estado, por região, e se faz a média nacional. Em São Paulo, a média de espera é de 32 dias. No Rio de Janeiro, está perto de 40. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, abaixo dos 40. No Norte e no Nordeste, ainda é maior - alguns estão entre 50 e 48 dias. Vamos chegar em 31 de dezembro, quando termina o ano, na média de 45 dias. Está muito próximo.

Mas ainda não?

Tivemos em março 1,8 milhão de pedidos, em média. As pessoas esperando 110 dias e tinha gente que esperava mais. Hoje, a média é de 49 dias. Garanto que vai chegar em 45 dias e por vários motivos. Nos primeiros meses, chamamos 1.250 funcionários concursados - claro que depois que você chama, tem que fazer um curso de qualificação, tem que ser distribuído, tem que pegar o ritmo. Mas, também, introduzimos o Programa de Enfrentamento da Fila (PEF), que está completando três meses. Nos últimos seis meses, mesmo com uma entrada recorde de pedidos - em média 1 milhão por mês -, estamos atendendo mais solicitações do que as novas que chegam.

Por que esses dados não são disponibilizados ao público?

Esses números são variáveis. Isso é igual a bolsa de valores: você quer aplicar, tem o valor do dia. Mas o ser humano não é para ser aplicado, a gente não pode vulgarizar o tratamento da vida humana. Temos um percentual de quase 5 milhões de beneficiários que são pessoas com deficiência. Acho antiético mexer com essa população e expô-la. Então, a gente tem que ter todo o cuidado para efetivar esse processo,

conseguir resolver, ver se ainda estão na fila.

Usuários reclamam que não entendem a linguagem do aplicativo do **INSS**...

Tem razão, olhamos muito para dentro. A área da perícia médica, por causa da entrada do Atestmed, tivemos uma diminuição de quase 40% na fila. O sistema substitui parte do trabalho dos peritos, mas agora usamos nos casos mais graves. No programa, ainda temos algumas dificuldades, mas avançamos no nosso aplicativo. Hoje, ele corresponde a cerca de 60% dos atendimentos da Previdência. São 40 milhões de acessos por mês.

O corte nos juros do consignado não foi no nível desejado, rendendo até uma cobrança do presidente Luiz Inácio Lula, da Silva. Como está isso?

O que o presidente falou é que eu deveria ter consultado, antes, as outras áreas do governo. Mas conseguimos a redução. Peguei a taxa dos consignados a 2,17% e, hoje, está 1,8%. É a mais baixa da história do consignado. O Banco Central (BC), que é o balizador dos juros da economia, diminui a taxa que estou seguindo. O BC baixa, eu baixo no consignado.

Qual o impacto da desoneração da folha no **INSS**?

Tenho muita preocupação porque sempre colocam a Previdência como algoz. Mas o ser humano não é número matemático, é vida. Todo mundo tem um parente aposentado, é impossível que não tenha. Será que não dá para entender que esse ser humano precisa ser respeitado, que precisamos avançar nesse direito social? O que é mais importante? A matemática fria do superavit ou a sensibilidade de saber que, sem isso, as pessoas não conseguem sobreviver?

Mas a desoneração da folha pode gerar emprego.

Cortar a receita da Previdência é certo, é bom, favorece a economia, mas, na hora de dizer que a Previdência tem deficit, todo mundo reclama.

No PDT, temos visto disputas intensas, em especial entre os irmãos Cid e Ciro Gomes. O senador apoia o governo Lula, enquanto o ex-ministro tem uma posição crítica. Como fica o partido?

Quanto à discussão que está se travando entre Ciro e Cid, tem a ver com o Ceará. O Ciro tem uma posição muito forte em cima do governo Lula, é verdade, principalmente na visão macroeconômica. Vocês nunca vão conseguir me intrigar com o Ciro, ele é um irmão que a vida me deu.

Não é para intrigar, é entender para onde vai o PDT.

Essa divergência envolve o estado do Ceará. Lá, durante o processo eleitoral, o Cid, inconformado de o PDT ter a candidatura do Roberto Cláudio, foi para São Paulo e não fez campanha para ninguém. O Ciro, que era o grande padrinho da campanha do Roberto, foi fazer campanha, perdemos e ganhou o PT. Assim que perdemos, o Cid volta querendo que a gente apoie o PT e faça parte do governo. Lá, nós perdemos no primeiro turno, diferentemente do Lula, que apoiamos no segundo. Às vezes têm embates regionais que são impossíveis, inadministráveis. Nesse caso, tem outra dificuldade: são irmãos. Como é que a gente vai administrar a divergência profunda entre irmãos? Simplesmente respeito e acompanhamento a decisão da maioria do partido.

A desaceleração no **PIB**, no último trimestre, muda a perspectiva da Previdência para 2024?

Há a tendência de que, em 2024, não tenhamos o mesmo crescimento, mas só vamos ter certeza disso em março ou abril do próximo ano. A redução no ritmo do **PIB** estava prevista, mas achavam que a queda seria maior. Gravem, o Brasil vai crescer mais de 2% em 2024.

Qual a aposta do senhor para o Ministério da Justiça? E a **reforma ministerial** prevista para janeiro? Está confiante em permanecer?

Sobre a decisão do presidente, como sou um cargo de confiança, não ouço e não falo. A decisão é dele.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/12/6672163-carlos-lupi-calcula-que-brasil-tera-uma-argentina-aposentada-em-2024.html>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Publicado em 18/12/2023 - 07:30
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (18) a parcela de dezembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6. Pelo terceiro mês seguido, o benefício tem um adicional para mães de bebês de até 6 meses de idade.

Chamado de Benefício Variável Familiar Nutriz, o adicional corresponde a seis parcelas de R\$ 50 para garantir a alimentação da criança. Com o novo acréscimo, que destina R\$ 20 milhões a 420 mil mães neste mês, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome informa que está concluída a implementação do novo Bolsa Família.

Além do novo adicional, o Bolsa Família paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos de idade e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 680,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,25 bilhões.

Desde julho, passou a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Com base no cruzamento de informações, 190 mil famílias passaram a fazer parte do programa em dezembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, 2,85 milhões de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Regra de proteção

Cerca de 2,47 milhões de famílias estão na regra de proteção em dezembro. Em vigor desde junho, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até 2 anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,39.

Reestruturação

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício. O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pentefino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos 10 dias úteis de cada mês. Em dezembro, o calendário é antecipado, e as parcelas são liberadas antes do Natal. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta segunda-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 6. O valor caiu para R\$ 104, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,3 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição e da medida provisória do Novo Bolsa Família, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg até o fim do ano.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada

(BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

Seminário debate mudanças nos JCP e como elas podem afetar as empresas

CONTEÚDO PATROCINADO ABRASCA

Uma eventual mudança na legislação dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) poderá provocar o aumento de endividamento das companhias abertas, além de não alcançar a sonhada meta de arrecadação tributária como vem defendendo o governo federal. O alerta é de especialistas em **tributos** que se reuniram, em Brasília, para o seminário "A importância do JCP para os negócios no Brasil", promovido pelos jornais O Globo e Valor e rádio CBN.

No primeiro painel do evento, os participantes debateram sobre a importância dos JCP para as empresas e a economia. Pablo Cesário, presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abraso), lembrou que as empresas brasileiras, comparadas com outras, inclusive internacionais, devem menos porque o país conseguiu diminuir o viés de endividamento por meio dos JCP.

"Se acabarem com esse instrumento, o que acontece com nossos associados, por exemplo? Simplesmente eles vão passar a lançar debêntures e pegar empréstimos com os bancos, inclusive os próprios bancos. Teremos uma crise de crédito em que todos buscam recursos ao mesmo tempo em um cenário de estresse econômico com alta taxa de juros", declarou.

Pablo acrescenta que pouquíssimos negócios se mantêm com empréstimos concedidos a juros altos, e as empresas que sobreviveram às crises tinham mais investimentos dos seus sócios, pois há um compromisso por parte deles em não querer perder seus recursos. Daí a importância, segundo ele, da manutenção dos JCP, que, assim como os dividendos, são uma forma de as empresas remunerarem seus acionistas com parte do que geraram de lucro.

"É possível melhorar o mecanismo? Sem dúvida. Hoje, são poucas empresas que optam pelos JCP. Esse número podia ser maior, por exemplo. Mas eliminá-los não é uma alteração pequena e irá provocar grandes reflexos na economia como um todo. Por isso, a importância de um debate integrado com uma **reforma tributária** ampla", acrescentou o executivo.

ESTUDO MOSTRA EFETIVIDADE DOS JCP

Um estudo desenvolvido pela Fundação Getúlio

Vargas (FGV) ajudou a esclarecer a efetividade dos JCP e serviu de subsídio para que o governo, autor da proposta de modificação do instrumento junto ao Congresso Nacional, considerasse alternativas na formulação do projeto de lei. O estudo procurou observar o contexto histórico dos JCP e se eles alcançaram o objetivo proposto. "O que trazemos de evidência é que esse objetivo foi alcançado, principalmente na questão da distorção do benefício fiscal da dívida e que um incentivo natural ao endividamento das empresas surge em seguida", explicou Joelson Sampaio, professor da FGV.

Joelson destacou que os resultados mostram que acabar com os JCP não acarretará em aumento de arrecadação tributária. "É preciso levar em conta que as empresas irão reagir a uma eventual mudança e vão procurar um novo equilíbrio para suas contas, que, talvez, seja até pior em termos de recuperação judicial, superendividamento, e a busca pela melhora da arrecadação continuará", avaliou. Ele lembra, ainda, que as pequenas e médias empresas serão mais impactadas porque, com a limitação do mercado de crédito, elas ficarão mais vulneráveis.

PERIGO NO AUMENTO DE ALÍQUOTAS

Karem Jureidini Dias, ex-conselheira da CSRF do Ministério da Fazenda, fez uma análise sobre os benefícios dos JCP e da remuneração por dividendos. "Esses instrumentos promoveram uma completa integração entre investimentos e investidores. No momento em que se quer mudar essa realidade para promover um eventual aumento de arrecadação, isso só será possível se a iniciativa privada não for tolhida com tributação", declarou.

Ela também lembra que saldos de caixa também perdem com a **inflação**. "Se eu não puder distribuir dividendos porque não tenho lucro, estou perdendo com a capitalização que fiz na companhia. E a solução para isso foi a dedutibilidade dos JCP. Sem eles, será que o empresário vai optar pela capitalização, mas é onerosa, ou vai buscar empréstimos no mercado financeiro e compras alavancadas, que abrandam a tributação?", questiona.

Outro ponto que Karem considera preocupante é a possibilidade do aumento da alíquota de tributação dos JCP. Para a executiva, isso representa um perigo,

pois eles estão equaliza-dos com uma tributação de renda fixa. "Se eu tenho uma tributação acima da renda fixa, eu continuo desestimulando a capitalização da empresa. E é necessário lembrar que ainda temos PIS e Cofins na pessoa jurídica", declarou.

O pagamento retroativo de JCP também deve ser reavaliado para manter a sua efetividade. "O que deve ser debatido é se os valores devem ser deduzidos no calendário do mesmo ano ou se posso deduzi-los no próximo ano. Isso está sendo julgado em duas turmas do STJ, que dizem não existir na lei limitação para o cálculo de JCP retroativo. E isso pode causar distorção, levando a despesas futuras não previstas", explicou.

Pablo Cesário está otimista com os debates junto aos congressistas e membros do Executivo. O que ele vem percebendo é que o cenário de simples distinção dos JCP parece estar se distanciando. "O debate agora é saber qual modelo adotar, e essa é uma discussão que leva tempo. Na Europa, esse debate já dura 15 anos sem alcançar uma conclusão. Mesmo que essa proposta não seja votada no ano que vem, é importante que o debate se mantenha e que as lacunas e equívocos sejam reconhecidos."

MUDANÇAS NÃO CONTEMPLARÃO ARRECADAÇÃO PREVISTA

O seminário continuou com outros especialistas falando sobre seus pontos de vista a respeito da proposta do governo. O professor da USP Eduardo Flores vê a tentativa de modificação dos JCP com preocupação. "Acho preocupante quando o governo tem dificuldades na arrecadação e começa a trazer questões pacificadas para o debate, como os JCP", afirmou. Ele acredita que a discussão deve ocorrer a partir de aspectos conjunturais de médio e longo prazo para que o novo instrumento que venha a ser aprovado não seja refém das pautas de momento.

O CEO e fundador da plataforma Meu Dividendo, Wendell Finotti, vê nos JCP um fator de fortalecimento de caixa, fundamental para a sobrevivência das empresas. "Optar pelos juros sobre capital não é uma exclusividade das empresas privadas. As companhias de controle estatal são, talvez, até mais usuárias dos JCP. Estudos que realizamos já mostraram que, à exceção da Petrobras, mais de 50% dos proventos de todas as empresas federais e estaduais foram na forma de JCP", informou.

Em relação à competitividade das empresas, a sócia da Utumi Advogados, Ana Cláudia Utumi, vê no aumento da carga tributária um forte empecilho, já que os negócios encontram margens de **tributos** menos pesadas em outros países. "Vejam que há

multinacionais que atuam fora do Brasil, mas têm em seu capital dinheiro de brasileiros. Qualquer ajuste que seja feito para restringir os JCP vai aumentar **tributos**", assegurou.

O ex-procurador-geral da Fazenda Nacional Ricardo Soriano lembra que as tentativas de governos acabarem com os JCP são antigas. "Não foi possível acabar com o instrumento em gestões anteriores, e acho bem difícil que acabe agora, pois os JCP têm seu papel estabelecido. E tentar trazer esse debate neste momento é temerário, pois daqui a dois meses esse assunto vai voltar em outra proposta relacionada a dividendos", ponderou.

O deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), que acompanha desde o início o desenrolar do projeto, foi categórico ao afirmar que a soma das modificações sugeridas nos JCP, além da MP 1.185 e da regulamentação de jogos, não dará os RS 47 bilhões previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). "Se der RS 1 bilhão em arrecadação com o fim da dedutibilidade dos juros, será muito. Se a ideia é aumentar o caixa do governo, melhor encontrar outro caminho", comentou.

*

"Eliminá-los (os JCP) não é uma alteração pequena e irá provocar grandes reflexos na economia. Por isso, a importância de um debate integrado com uma **reforma tributária** ampla"

PRESIDENTE-EXECUTIVO DA ABRASCA

"As empresas irão reagir a uma eventual mudança e vão procurar um novo equilíbrio para suas contas, que, talvez, seja até pior em termos de recuperação judicial, superendividamento"

PROFESSOR DA FGV

"Esses instrumentos promoveram uma completa integração entre investimentos e investidores. No momento em que se quer mudar essa realidade para promover um eventual aumento de arrecadação, isso só será possível se a iniciativa privada não for tolhida com tributação"

EX-CONSELHEIRA DA CSRF DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187743?page=4§ion=3&word=Petrobras>

Correio promove debate sobre os rumos do país

Fernanda Strickland

+

Conflitos geopolíticos, taxas de juros elevadas, ameaça de recessão na Europa, desaceleração da China - são muitos os fatores que tornam difícil prever como será a trajetória da economia brasileira no próximo ano. Além dos problemas já conhecidos, novos desafios se colocam, como a mudança climática, que dá urgência à necessidade da transição energética para um modelo ambientalmente sustentável. Nesta terça-feira, o Correio promove um encontro entre expoentes dos setores público e privado para debater os caminhos do Brasil no contexto global.

O CB Debate terá como tema Desafios 2024: o Brasil no rumo do crescimento sustentado e será transmitido pelas redes sociais do Correio, a partir das 14h30.

O país tem na agenda dois compromissos importantes em 2024. A coordenação do G20, grupo das maiores economias, cuja presidência temporária o Brasil assumiu recentemente - e a preparação da COP30, a conferência da ONU sobre o clima marcada para 2025, em Belém. São dois desafios para testar o grau de liderança que o país pode ter nas questões do desenvolvimento inclusivo e da descarbonização da economia.

Nos dois casos, são enormes oportunidades para o Brasil defender suas bandeiras. Eu destaco a questão de energia, o interesse do Brasil de ser um enorme vendedor de energia verde para o mundo, pontua Welber Barral, sócio da BMJ Consultoria, que participará das discussões.

Além da economia internacional, CB Debate abordará outros temas relevantes (veja a programação), como emprego e renda, os desafios globais e as mudanças climáticas. O evento será aberto pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Antônio Vieira Fernandes, que falará sobre os investimentos do banco e a execução de políticas públicas. O encerramento ficará a cargo do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que refletirá sobre os desafios monetários e fiscais do país.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Veja a programação do evento:

Abertura

Carlos Antônio Vieira Fernandes - Presidente da Caixa Econômica Federal

1º Painel

Emprego, renda e investimentos: ferramentas para um futuro mais justo

Bernard Appy - Secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**

Vagner Freitas de Moraes - Presidente do Conselho Nacional do SESI

Vilma Pinto - Diretora da Instituição Fiscal Independente

Gustavo Guimarães - Secretário executivo do Ministério do Planejamento

Palestra Magna

Armínio Fraga - Sócio-fundador da Gávea Investimentos

2º Painel

Um mundo complexo e desafiador: onde o Brasil se encaixa?

Alessandra Ribeiro - Economista e sócia-diretora da Tendências Consultoria

Sandra Utsumi - Diretora executiva do Banco Haintong em Portugal

José Luís Oreiro - Professor associado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UNB)

3º Painel

O clima não pode esperar

Eduardo Aroeira - Vice-presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil (CBIC)

Rodrigo Agostinho - Presidente do Ibama

Encerramento

Roberto Campos Neto - Presidente do Banco Central do Brasil

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/12/6672168-correio-promove-debate-sobre-os-rumos-do-pais.html>

Para Franklin Templeton, 2024 será positivo para emergentes

Por **Marcello Corrêa - De Brasília**

18/12/2023 05h00 Atualizado há uma hora

Com uma carteira de US\$ 1,4 trilhão em ativos sob gestão, a americana Franklin Templeton prevê um 2024 positivo para mercados emergentes, inclusive o Brasil. Na avaliação da gestora, a combinação de fatores como juros mais baixos, busca por diversificação em cadeias de suprimento e, no caso brasileiro, a perspectiva de melhora do ambiente de negócios com a **reforma tributária**, devem atrair investidores ao país, disseram executivos da empresa ao Valor.

Jenny Johnson, presidente e CEO da gestora, e Marcus Vinicius Gonçalves, diretor comercial para Brasil e divisão "offshore" Américas da firma, conversaram com a reportagem após participarem do Fórum de CEOs Brasil-EUA, em Brasília. A leitura é de um cenário positivo para o ano que vem, ainda que incertezas fiscais sigam no radar de investidores em 2024.

Dos fatores que influenciam o panorama para o ano que vem, o mais recente e surpreendente foi a sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) sobre cortes de juros em 2024. Na última quarta-feira, a autoridade monetária anunciou a manutenção dos juros no intervalo entre 5,25% e 5,5% e indicou que o ciclo de aperto dos últimos meses havia chegado ao fim.

"Eu fiquei surpresa que [Jerome] Powell [presidente do Fed] deu tanta clareza e definição sobre sua ideia para o ano que vem, com cortes de 0,75 ponto na taxa", diz Johnson, ressaltando que essa avaliação é pessoal, já que a Franklin Templeton é formada por um grupo de gestoras e há diferentes times analisando o cenário.

Ela avalia que, do ponto de vista global, os títulos de renda fixa, cujos valores de face sobem na proporção inversa ao corte de juros, devem se beneficiar do cenário. Esse tipo de ativo responde por 40% da carteira da Franklin.

Ao analisar especificamente o impacto no Brasil, entram na equação os próximos movimentos do Banco Central. A decisão do Fed foi divulgada no mesmo dia em que o BC reduziu a taxa Selic em 0,5 ponto

percentual, para 11,75% ao ano.

O BC manteve a sinalização de que seguirá o ritmo de cortes ao menos nas próximas duas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), mas a indicação dos EUA reforçou o debate sobre a aceleração nesse ciclo. A possibilidade de reduções de 0,75 ponto entrou no radar. Esse não é o cenário-base na Franklin Templeton, avalia o diretor brasileiro da gestora.

"Acredito que o BC seguirá muito paciente, passo a passo, provavelmente seguindo o plano de cortes de 50 pontos-base. Eles podem ser mais agressivos dependendo do cenário global. Se houver, por exemplo, recessão global e o Fed for ainda mais agressivo, talvez haja espaço [para cortes maiores]", afirma Gonçalves.

O cenário, no entanto, segue alinhado com a perspectiva de juros na casa de um dígito no ano que vem. A casa projeta Selic em torno dos 9% no fim de 2024, condição que deve contribuir para mais oportunidades de investimento, pontua o executivo.

"Com os juros caindo para dígito único, várias oportunidades vão ser destravadas. Haverá uma avaliação sobre investimentos no mercado de capitais, tirar mais projetos do papel", destaca o executivo, lembrando que, após a "seca" de IPOs em 2023, há uma expectativa sobre muitas operações no pipeline para o ano que vem.

Pesa ainda nessa construção de cenário para 2024 a avaliação de que as lições da pandemia devem aumentar a busca por diversificação na cadeia de suprimentos, acrescenta Johnson - o que deve beneficiar o Brasil.

"Por causa da Covid, aprendemos que a cadeia de suprimentos só é boa se o elo mais fraco também for", resume a executiva. "É a chamada história do 'China Plus One' ['China mais um', conceito de não depender do país asiático na produção industrial], com a busca por diversificação da cadeia. O Brasil se beneficia pela proximidade com os EUA, do ponto de vista de fuso horário", acrescenta.

Com juros caindo a dígito único, oportunidades vão ser destravadas"

- Marcus Gonçalves

Questionado sobre o impacto das incertezas fiscais para o ano que vem no país, Gonçalves reconhece que há "ruído" no debate político, mas faz um balanço positivo de 2023. O ano termina com o novo arcabouço fiscal que substituiu o teto de gastos em vigor, mas divergências dentro do governo sobre perseguir a meta de zerar o déficit primário - tendo como pano de fundo a pressão por gastos em ano eleitoral - seguem no radar. A importância de continuar a perseguir o objetivo em 2024 foi um dos pontos mantidos no **comunicado** do Copom na semana passada.

"O mercado como um todo estava mais cético, então acho que o novo arcabouço foi uma surpresa muito positiva", frisa. "É claro que há muito ruído nesse debate, mas sabemos que isso é parte do cenário político."

O executivo assumiu neste ano a divisão de "offshores" da companhia e afirma que a nova regulamentação brasileira para esse tipo de veículo dá previsibilidade a investidores, mesmo com regras mais rígidas de taxação.

"Para o investidor internacional, acho que foi muito positivo porque não há área cinzenta e você sabe o que precisa fazer", afirma Gonçalves, acrescentando que a possibilidade de abrir contas no exterior tem sido facilitada pelo uso de tecnologia e que vê potencial para mais investidores buscarem a diversificação.

A intensificação do investimento em tecnologia, aliás, está entre as prioridades da Franklin para 2024 globalmente. A gestora aposta no "blockchain" para aumentar a eficiência no setor.

"A tokenização e o blockchain são imensamente mal compreendidos", afirma Jenny Johnson. "Por causa de escândalos como o do FTX, há quase um medo dos reguladores em tentar regular isso. É um desafio. Estamos muito propositivos porque acreditamos que o blockchain vai substituir toda a infraestrutura de serviços financeiros", acrescenta, lembrando que a empresa já tem um "fundo tokenizado".

Ela cita o uso de contratos inteligentes, que validam informações automaticamente, como uma das aplicações da tecnologia. "Quando você pensa em um ETF, por exemplo, ele é negociado o dia inteiro, mas só é precificado duas vezes ao dia. Por que permitir essa ineficiência de informação? Um contrato inteligente pode ser acionado e dizer exatamente qual é o valor do ativo atrelado no momento da transação",

exemplifica.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/12/18/para-franklin-templeton-2024-sera-positivo-para-emergentes.ghtml>

Queda da Selic deve dar novo fôlego a pagamento de proventos na Bolsa

KATHERINE RIVAS ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

O ano de 2023 foi desafiador para as empresas brasileiras em relação à remuneração dos acionistas. Puxados por Petrobras (com os códigos PETR3 e PETR4 no índice da Bolsa de Valores) e Vale (VALE3), os proventos pagos apresentaram uma redução de 31% de janeiro até o dia 5 de dezembro em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo levantamento da plataforma Meu Dividendo.

Contribuiu para isso o cenário macroeconômico adverso, com juros ainda muito elevados, o que tem levado muitas empresas a segurar o dinheiro em caixa por mais tempo. O prazo entre o anúncio de proventos e o efetivo pagamento aos acionistas aumentou. A média neste ano chega a 86 dias. Já nos anos anteriores, o prazo médio de pagamento foi de 63 dias, em 2022, e 77 dias em 2021.

Os analistas destacam que as taxas de juros elevadas contribuíram também para o aumento do endividamento e do custo de capital, deixando as empresas mais cautelosas.

Vale e Petrobras, no entanto, tiveram forte peso no dado geral de redução dos dividendos, já que, juntas, representaram 41% do volume total de proventos pagos na Bolsa. Com a tendência de juros menores ao longo dos próximos meses (na quarta-feira passada, o Comitê de Política Monetária do Banco Central anunciou mais um corte de 0,5 ponto percentual para a Selic, para 11,75%, e indicou novas reduções nas próximas reuniões), os analistas estão mais otimistas em relação à distribuição de dividendos em 2024.

O E-Investidor consultou casas de análise e corretoras para saber quais as ações mais recomendadas pelos analistas para quem quer receber dividendos em 2024. Na liderança, aparecem Vale e BB Seguridade (BBSE3), com três recomendações cada.

Sergio Biz, analista focado em dividendos e sócio do GuiaInvest, diz que a Vale começou a entregar resultados mais fortes a partir deste terceiro trimestre com aumentos de produção, que devem se traduzir em maiores vendas no fim do ano. "Caso o preço do minério de ferro se mantenha em um patamar elevado, deveremos ver uma forte geração de caixa e

dividendos expressivos em 2024", afirma o analista.

Segundo Biz, a Vale também tem apresentado uma dinâmica de custos mais controlados no terceiro trimestre, e isso deve persistir nos próximos meses.

O analista projeta um "dividend yield" (rendimento de dividendos) de 8,5% para VALE3 em 2024, e recomenda a compra dos papéis até o preço de R\$ 75.

Para João Abdouni, analista da Levante, no patamar atual do preço do minério, próximo de US\$ 130 por tonelada, a Vale consegue gerar muita caixa e entregar entre 8% e 10% de "dividend yield", o que a posicionaria entre as líderes da Bolsa em 2024.

Na BB Seguridade, as estimativas para dividendos em 2024 chegam a 10,60%. Gabriel Duarte, analista da Ticker Research, diz que a seguradora é muito ligada ao setor de agronegócio, que teve um desempenho forte em 2023 - e tudo indica que deve continuar assim em 2024. O analista destaca também que o principal balcão de vendas da BB Seguridade é o Banco do Brasil, que tem ampla capilaridade.

LINHAS MAIS ESTÁVEIS. Gabriel Costa, analista da Toro Investimentos, comenta que a BB Seguridade atua em linhas de seguros que tendem a ser mais estáveis mesmo em cenários desafiadores. Ele sinaliza dois diferenciais que separam a companhia dos seus pares de mercado: o retorno sobre patrimônio líquido (ROE) muito elevado, em função dos ganhos de sinergia que a empresa tem por distribuir seus produtos pelos canais do BB; e sua taxa de dividendos, historicamente uma das maiores da Bolsa. Costa projeta um "dividend" yield de 10,60% para as ações da empresa em 2024. Já o chamado preço-alvo da ação é de R\$ 39.

Duarte, da Ticker, espera um resultado de 10% em 2024.

Além de Vale e BB Seguridade, outras companhias que reuniram recomendações dos analistas foram Caixa Seguridade (CXSE3), Banco ABC (ABCB4) e Isa Cteep (TRPL4).

Na Caixa Seguridade, a expectativa dos analistas é de que a empresa seja beneficiada com investimentos do governo no mercado habitacional, no qual a

seguradora tem foco.

Em relação ao Banco ABC, o analista do GuiaInvest destaca que a instituição vem apresentando resultados sólidos há alguns trimestres, focado no segmento de empresas com faturamento anual entre R\$ 30 milhões e 300 milhões.

Já a transmissora de energia Isa Cteep ainda deve pagar dividendos interessantes em 2024. Lembrando que a empresa tem como prática distribuir, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório na forma de provento, desde que sua alavancagem não supere três vezes a relação dívida líquida sobre lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (dívida líquida/Ebitda).

No topo Entre as ações recomendadas pelos analistas, estão Vale e BB Seguridade

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Corte na Selic chega às famílias e favorece consumo

PROJEÇÕES O atual ciclo de queda da taxa Selic (juro básico da economia brasileira) iniciado em agosto, levou a taxa do crédito direto ao consumidor a cair de 59,6% ao ano, em julho, a 55,4% ao ano em dezembro, a menor desde setembro de 2022. Essa queda, aliada à redução no endividamento das famílias, faz com que fabricantes de bens como automóveis, eletrodomésticos, móveis e vestuário projetem crescimento de vendas em 2024, depois da estagnação deste ano.

"É o início de uma trajetória de queda (dos juros). É um movimento que vamos ver com mais força no ano que vem", disse Julia Braga, coordenadora do grupo de conjuntura do Ipea, conforme reportagem de O Globo. O efeito do crédito, ainda segundo a mesma reportagem, contudo, não será suficiente para manter em 2024 a economia no mesmo ritmo deste ano, que teve melhora no mercado de trabalho.

A previsão do mercado é que o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresça entre 1,5% e 2% no ano que vem, abaixo dos 3% previstos para 2023, mas Julia diz que o crédito pode dar fôlego ao consumo em 2024. "O movimento do crédito tem muito a percorrer, no sentido de incentivar a economia".

A perspectiva de uma Selic a 9% ao ano no final de 2024 pode significar uma alta de até 8% na venda de eletrodomésticos, segundo a associação dos fabricantes. Já a Anfavea, que reúne montadoras, prevê emplacamento 7% maior em 2024, sendo 6,6% para veículos leves e 14,1% para pesados. Na produção, a alta deve ser de 4,7%. O crédito é um fator decisivo em boa parte das compras de carros e caminhões. Para Mareio Lima Leite, presidente da Anfavea, o último corte da Selic vai mexer bastante com o mercado. "Para o consumidor também vai cair, e isso é muito favorável para o nosso mercado".

Atuais taxas de crédito ao consumidor são as mais baixas desde setembro de 2022

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

CVM prepara novas mudanças para os fundos

Juliana Schincariol Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prepara uma nova rodada de mudanças para os fundos de investimento em 2024, ao mesmo tempo em que a indústria terá que se adaptar ao novo rol de regras implementadas pela Resolução 175. O que não estava previsto anteriormente era a nova tributação de fundos exclusivos ou reservados a poucos cotistas e as estruturas de investimentos no exterior ("offshore"), que vai aumentar a demanda de trabalho dos administradores.

A adaptação das regras da 175 tem um calendário a ser cumprido até o fim do ano que vem, e a expectativa é que diante do novo cenário o regulador do mercado de capitais adie os prazos previamente estabelecidos. A demanda já foi feita, mas ainda não há decisão.

Sancionada na semana passada, a Lei 14.754 exigirá adaptações até o fim deste ano. Nos últimos dois meses, as discussões sobre o tema tomaram a atenção dos administradores, ainda antes da decisão oficial do governo. Haverá, nas próximas duas semanas, um trabalho de incorporação, cisão e antecipação de **impostos**, além de atualização e investimentos em sistemas que foram priorizados por conta do prazo mais urgente.

A nova lei permitirá o recolhimento do imposto de renda sobre os estoques a uma alíquota de 8%, em cinco parcelas, sendo a primeira em dezembro. Quem optar por não antecipar será taxado em 15% em maio de 2024, valor que poderá ser parcelado em 24 meses.

"Além da agenda regulatória de 2024, a expectativa é que saia a prorrogação da Resolução 175 a pedido da indústria. Com a tributação dos fundos fechados, os administradores estão pressionados, por exemplo, para atender os eventos societários que precisam ser feitos até 31 de dezembro", afirma o advogado Fábio Cepeda, fundador do Cepeda Advogados.

A implementação completa da Resolução 175 se dará de forma faseada até o fim de 2024. Desde o início, estão em vigor, por exemplo, as novas definições de responsabilidades dos prestadores de serviços. Até 1-de abril do ano que vem, entram em vigor a

segregação das taxas de fundos, acordos de remuneração (ou rebates), adaptação dos HDCs e estrutura de classes e subclasses. O prazo para adaptação dos estoques dos fundos de investimentos financeiros (antigos "fundos 555"), fundos de "private equity" (HPs), fundos de índices (ETFs) e fundos imobiliários deve ser cumprido até 31 de dezembro.

Enquanto não há resposta para o pedido de adiamento, a CVM prepara uma nova rodada de alterações em resoluções ligadas a fundos que discutirá em 2024, conforme anunciado na agenda regulatória. Talvez uma das mudanças mais esperadas seja a regra definitiva do Fiagro, que vai permitir a criação de multimercados nesta categoria. Com a regra provisória da CVM, o regulador autoriza a constituição de três tipos: imobiliário, de direitos creditórios e de fundos de investimentos em participações (HP), de forma separada. Com a proposta de regra definitiva, um mesmo fundo poderá aplicar em ativos diferentes.

O crescimento do Fiagro desde que a CVM criou a regra provisória, em 2021, comprova a relevância do produto, segundo Bruno Ouri-que, sócio do Cepeda Advogados. Desde que foram criados, 80 fundos foram constituídos, com patrimônio de mais de R\$ 18 bilhões até setembro passado, segundo os dados mais recentes da autarquia. "Pela relevância do agronegócio brasileiro, o Fiagro multimercado tem sido bastante pleiteado pelo mercado", afirma Ouri-que.

"Em 2024 haverá vários movimentos e adaptações sob a ótica regulatória, com destaque para os FIPs", afirma o advogado André Mileski, sócio do Lefosse Advogados. Existe a expectativa de que esteja incluída, entre as discussões a serem colocadas pela CVM, a possibilidade de distribuição para o varejo. Entre os fundos estruturados, os HPs são os únicos restritos ao público qualificado ou tradicional. As regras desses fundos são consideradas avançadas, mas há entendimento de que é necessário avançar, completa Mileski.

Para 2024, ainda estão previstas mudanças no regime informacional dos FIFs e a edição da regra de portabilidade de fundos. Outro ponto aguardado pelo mercado é a revisão dos critérios que definem o investidor qualificado - atualmente, são aqueles com ao menos R\$ 1 milhão aplicado em investimentos.

"Com nova lei, administradores de fundos estão pressionados" Fábio Cepeda

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187743>

Devo declarar no Brasil ação recebida no exterior? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

Luciana Pantaroto é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: lupantaroto@dianpantaroto.com.br

Recebi ações da empresa no exterior como parte da minha remuneração. Devo declarar no Brasil?

Luciana Pantaroto, CFP, responde: A remuneração por meio de ações é uma prática cada vez mais comum. É interessante para o empregador, pois incentiva a permanência e o comprometimento dos colaboradores e em geral tem custo menor que o de pagamentos em espécie.

Para o colaborador, é interessante por ser uma forma de remuneração que pode se valorizar com o tempo, ou seja, haverá um ganho concreto a partir de sua colaboração no negócio. Entre as formas mais comuns dessa remuneração estão as ações restritas, ou Restricted Stock Units - RSU.

Em linhas gerais, o plano de RSU é um compromisso de transferência de ações da empresa ao funcionário. As ações ficam disponíveis apenas após um período de carência ("vesting period"), que é o tempo em que o colaborador deve permanecer na empresa. Quando o período de vesting é completado, o colaborador passa a ser o titular das ações, podendo mantê-las ou negociá-las em bolsa, por exemplo. Há variações desse plano, com implicações tributárias distintas.

Apesar de não haver previsão expressa na lei brasileira, predomina o entendimento de que o plano tem caráter de remuneração, por ser uma contraprestação pelo trabalho prestado pelo participante.

Quando não são pagas por fonte brasileira, as ações atribuídas são consideradas como remuneração recebida no exterior e estão sujeitas ao imposto de renda no Brasil pela tabela progressiva (zero a 27,5%). O pagamento do imposto cabe ao próprio participante, pelo recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão).

Ao contrário do que muitos pensam, o imposto deve ser pago no Brasil até o último dia útil do mês seguinte ao mês do recebimento, ainda que os valores não sejam remetidos ao Brasil. **Impostos** pagos no

exterior podem ser compensados, desde que haja acordo para evitar a dupla tributação ou reciprocidade de tratamento tributário.

A partir da atribuição, as ações passam a integrar o patrimônio do participante. Assim, devem ser informadas na sua Declaração de Imposto de Renda (DIRPF)e, se aplicável, na Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (DCBE).

Caso o participante receba dividendos dessas ações ou decida vendê-las, esses rendimentos também são tributáveis no Brasil.

Pelas regras atuais, os dividendos devem ser tributados pelo carnê-leão, sujeitos ao imposto pela tabela progressiva (zero a 27,5%). Caso as ações sejam vendidas, estão sujeitas ao imposto de renda de 15% sobre o ganho de capital (ganhos superiores a R\$ 5 milhões são tributados entre 15% e 22,5% e há isenção para vendas de até R\$ 35 mil por mês, desde que preenchidos os requisitos legais). Em ambos os casos, o imposto deve ser pago no mês seguinte ao mês do recebimento e, posteriormente, informado na DIRPF e na DCBE.

No entanto, essas regras mudarão a partir de 2024. De acordo com a Lei n-14.754/2023, os rendimentos de dividendos no exterior e de venda de ações em bolsa no exterior passarão a ser tributados em bases anuais, pela alíquota de 15%, sem possibilidade de isenção.

Será permitida a compensação de perdas com ganhos futuros, bem como a compensação de **impostos** pagos no exterior, desde que respeitados os requisitos legais.

Luciana Pantaroto é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: lupantaroto@dianpantaroto.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187743>

Selic já poderia estar abaixo de 10%, diz Legacy

Matheus Prado e Victor Rezende De São Paulo

O cenário de desinflação e de desaceleração da atividade econômica ao redor do globo abre uma janela positiva para os ativos de risco no geral, mas, nesse contexto, o valor esperado dos juros é melhor que o de outros ativos, especialmente nos países que mantêm uma política monetária ultra restritiva. E esse contexto se aplica ao Brasil, avalia o sócio e diretor de investimentos (CIO) da Legacy Capital, Felipe Guerra, em entrevista ao Valor. "O juro já deveria estar bem menor; já poderia estar abaixo de 10% e, ainda assim, teria espaço para o Banco Central seguir cortando." A renda fixa passou a ser a principal aposta da Legacy. Ao olhar o cenário global, o executivo observa que, em um contexto de "soft landing", no qual a economia desacelera mas não sofre grandes abalos, os bancos centrais vão acomodar os juros reais, que estão em níveis muito elevados, o que torna posições aplicadas em juros (que apostam na queda das taxas) atrativas. "Mas continuamos a ver risco de uma desaceleração mais rápida", o que também deixa as posições em juros bem posicionadas.

A mudança na postura do Federal Reserve (Fed) na semana passada, com um tom mais "dovish" (suave) que o observado anteriormente, fortificou as apostas da Legacy em queda dos juros à frente. "Se for um cenário de inflação a 2,2%, 2,3% nos Estados Unidos, tem espaço para o Fed cortar os juros em 1,5 a 2 pontos; a curva ainda está precificando 1,3 ponto de corte. Ainda existe espaço para a curva americana andar. E, trazendo esse ambiente para o Brasil, vemos um cenário mais benigno." Guerra observa que a postura monetária no Brasil ainda é bastante restritiva, ao notar que o juro real ex-post roda em torno de 7%. "Temos uma dinâmica de inflação muito benigna, ao olharmos núcleos; difusão; preços de bens, que devem ter deflação em 2024... Nossa projeção para o IPCA no ano que vem é de 3,20%, com viés de baixa. A não ser que haja uma barbearagem muito grande, é mais provável que a inflação fique abaixo de 3% do que acima de 4% em 2024 e isso vai fazer com que a Selic "terminal" seja mais baixa do que as pessoas estão imaginando", diz o gestor.

"Falamos que o juro não pode cair abaixo de 10%, de 9,5%... Nós achamos que vai ficar abaixo de 8%, ainda mais com os outros bancos centrais cortando os juros também. Se o nosso BC reduzir [a Selic] em 0,5

ponto em todas as reuniões do ano que vem, encerra o ano com taxa de 7,75%. Vemos espaço para se discutir uma aceleração quando ficar clara a dinâmica de desinflação. Temos a visão de que o BC poderia estar num "pace" [ritmo] maior porque a dinâmica tem sido benigna", afirma Guerra.

O tom mais cauteloso adotado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC na semana passada não frustrou o cenário defendido pela Legacy. Na visão de Guerra, a autoridade monetária tem demorado a reconhecer dois fatores: a melhora da inflação corrente e a deflação de bens que pode ser exportada pela China; e a mudança do mercado internacional, que não foi reconhecida pelo Copom. "Entendemos que o BC trabalha com mais cautela, ainda mais num ambiente de mudança na diretoria, mas, no final, o fundamento sempre prevalece. O BC pode acelerar o ritmo de corte dentro do prazo de duas reuniões, até porque o próprio BC diz que o "guidance" [prescrição futura] é condicional ao cenário, que está mudando muito." Ao elencar as prioridades de investimento por classes de ativos no momento, Guerra diz trabalhar com um ranking em que os juros nominais estão em primeiro lugar, seguidos dos juros reais das NTN-Bs. "Depois, ficamos na dúvida se é melhor apostar na moeda ou nas bolsas. Talvez moeda seja melhor neste momento dos juros lá fora com dólar e euro mais fracos e não tem muita opção de alocação em países com juros altos e conta corrente equilibrada. E, por último, commodities, porque estamos diante de uma desaceleração", afirma.

Nesse sentido, Guerra diz elencar os mercados e colocar mais riscos onde há uma probabilidade maior de retomo, o que, neste momento, está nos mercados de juros. Com cerca de R\$ 27 bilhões em ativos sob gestão, a Legacy, inclusive, reabriu neste mês seu fundo multimercado, que estava fechado. O fundo entregou 83,7% de rentabilidade desde seu início, em julho de 2018, até o encerramento do mês de novembro. No acumulado deste ano, a rentabilidade do fundo é de 5,72%.

Além da exposição relevante a juros nominais e reais no Brasil, a Legacy tem uma pequena exposição à bolsa e prefere ações de algumas empresas "de qualidade, com resultados recorrentes e que entregam mesmo em momentos de crise", com proteção em papéis de outros setores vistos como mais vulneráveis

e que estão mais caros. "Vamos carregando esse portfólio liquidamente comprado com perspectiva de que os juros vão convergir para o neutro e que isso vai impulsionar a alocação em ativos de risco." Ao elencar os fatores que ameaçariam o cenário construtivo defendido pela Legacy, o executivo cita a possibilidade de um repique inflacionário no mundo, mas acredita que isso tem baixa probabilidade de ocorrer. "Vemos um risco maior na outra ponta, que seria uma desaceleração global mais forte por causa do "lag" [defasagem] da política monetária, que bateria nas economias e poderia gerar uma desaceleração maior, queda importante dos preços das commodities, queda da confiança, das bolsas e uma correção dos ativos." Quanto aos riscos domésticos, Guerra aponta para a condução da política fiscal. "O governo quer fazer todo o ajuste fiscal pelo lado da arrecadação e isso onera demais o setor privado em benefício do setor público; gera diminuição da produtividade e um **PIB** potencial menor. Lá na frente, o crescimento será mais baixo e a **inflação**, mais alta."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187743>

América Latim deve continuar numa dinâmica de baixo crescimento em 2024

Humberto Saccomandi

As altas taxas de juros pelo mundo, as incertezas na China e riscos políticos internos estão mantendo a América Latina (especialmente a América do Sul) numa dinâmica de baixo crescimento, que deve continuar em 2024. As projeções indicam que a economia da região, uma das que menos crescem no mundo, deve desacelerar no ano que vem. Neste ano, apenas México e Brasil se destacaram, entre os principais países. Em 2024, talvez só o México consiga ter o ritmo.

A América Latina deve crescer 2,2% neste ano, segundo projeções divulgadas pela Cepal (comissão econômica da ONU para a região) na semana passada. A América do Sul, ainda menos, apenas 1,5%. Isso é abaixo da média mundial, de 3%, e da média dos países emergentes, de 4%. A região fica alinhada com a expansão de 1,5% dos países ricos, cujas economias maduras e com baixo crescimento populacional tendem a crescer menos.

Para 2024, esse cenário de expansão baixa e abaixo da média global deve persistir, com a América Latina crescendo 1,9% e a América do Sul 1,4%, contra média de 2,9% da economia global e de 4% dos emergentes e países mais pobres.

Para as principais economias latino-americanas, este ano já foi de crescimento menor em relação à retomada pós-pandemia de 2022. Os destaques positivos foram o México (que deve crescer 3,6%) e o Brasil (3%), segundo previsões da Cepal. As duas maiores economias puxaram a região. Os destaques negativos foram Argentina (cujo **PIB** deve cair 2,5% neste ano), Chile (com alta de 0,1%), Peru (0,3%) e Colômbia (0,9%). A Cepal prevê crescimento de 3% do **PIB** da Venezuela, mas os dados macroeconômicos do país são pouco confiáveis.

Para 2024, a Cepal prevê alguma recuperação de Chile (1,9%), Peru (2,3%) e Colômbia (1,7%), mas expansão menor de Brasil (1,6%) e México (2,5%). O governo mexicano, porém, já espera crescimento de 3% no ano que vem, devido aos dados mais fortes do que o esperado neste fim de ano. Um pouso suave da economia americana também pode favorecer o país, cuja economia é muito integrada à dos EUA.

Quanto à Argentina, reina a incerteza. O pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo de Javier Milei na semana passada deve ter um forte efeito recessivo, e não está claro quando a economia voltará a crescer. A projeção da Cepal é de queda de 1% do **PIB** (a OCDE prevê -1,3%). Mas a guinada na política econômica torna muito difícil elaborar previsões neste momento.

Vários fatores, conjunturais e estruturais, se somam para causar essa perda de dinamismo da região. Entre os fatores conjunturais estão a alta dos juros pelo mundo e as incertezas em relação à economia da China.

Os bancos centrais de boa parte do mundo, inclusive da maioria dos países da América Latina, elevaram as taxas de juros nos últimos anos, para conter a **inflação**. O aumento dos juros reduz a demanda interna, inibindo o crescimento. Além disso, eleva o gasto com o serviço da dívida externa (o que reduz ainda mais a capacidade de investimento) e dificulta o acesso ao financiamento externo.

Além disso, a China, que é o segundo maior mercado para os produtos latino-americanos (atrás dos EUA), atravessa uma fase de turbulência econômica, que não parece estar perto de se encerrar. Isso vem enfraquecendo a demanda chinesa. Como a China é o principal comprador de muitas das commodities exportadas pela região, um solavanco na economia chinesa abala os preços mundiais dessas commodities.

Essa combinação de demanda menor nos principais mercados resultou numa queda da receita da América Latina com exportações neste ano e numa emissão de dívida em nível historicamente baixo. A entrada de investimento externo também deve cair.

Coincidentemente, os dois países mais expostos da região às exportações para a China são Chile e Peru, países que vinham tendo crescimento acima da média regional e que praticamente ficaram estagnados neste ano.

Há boas notícias. Excetuando-se os disfuncionais Argentina e Venezuela, os principais países da região conseguiram reduzir a **inflação** a níveis normais e devem seguir cortando juros em 2024. O desemprego também vem caindo nas principais economias, como

Brasil, México e Colômbia.

Mas há dificuldades também. Os déficits públicos, que aumentaram nos anos da pandemia, estão caindo, mas continuam em níveis historicamente altos. A redução desse déficit deve pesar sobre a economia regional no ano que vem. Esse é o dilema vivido pelo governo brasileiro com relação à meta de déficit primário zero em 2024.0 déficit alto eleva a dívida pública, o que faz com que uma parcela maior do gasto público seja destinada a pagar juros dessa dívida.

O cenário externo em 2024 deverá continuar desfavorável. A economia dos EUA deve desacelerar. O governo americano espera um pouso suave, mas economistas ainda veem risco de uma recessão leve. Os dados de **inflação** e emprego mais recentes parecem sugerir que o Fed manterá os juros no nível elevado por algum tempo ainda.

A China segue tentando estabilizar sua economia, abalado pelo choque no setor imobiliário e pela disputa estratégica com os EUA. A Europa deve continuar em ritmo de crescimento baixo.

Além desses fatores conjunturais, vários países da América Latina vêm sofrendo também com instabilidade política e governos enfraquecidos.

No Equador, o então presidente Guillermo Lasso dissolveu o Congresso e antecipou eleições gerais em maio, em meio a uma ameaça de impeachment. Na campanha eleitoral, um candidato presidencial foi assassinado. Em outubro, o liberal Daniel Noboa foi eleito presidente.

No Peru, fez neste mês um ano que o ex-presidente esquerdista Pedro Castillo foi afastado, levando ao poder sua vice, Dina Boluarte. Quase sem apoio no Congresso, o novo governo se escorou na direita, numa aliança frágil, que mantém o clima de instabilidade política no país.

O Chile votou ontem, novamente, num referendo sobre a nova Constituição, após a primeira versão ter sido rejeitada em setembro de 2022.

O atraso no processo e as mudanças na Constituição, que vêm sendo negociadas pelo governo do presidente esquerdista Gabriel Boric, têm gerado incertezas quanto ao ambiente de negócios e à estabilidade macroeconômica no país.

Na Colômbia, o presidente esquerdista Gustavo Petro teve um ano e meio tumultuado no governo, com escândalos políticos e dificuldade de avançar na sua agenda econômica.

Na Argentina, a expectativa é que o pacote de ajustes do novo governo, presidido pelo libertário Javier Milei, cause amplos protestos nos próximos meses.

A região continua sem resolver uma série de problemas estruturais já amplamente conhecidos, como a educação de baixa qualidade, a incerteza jurídica, o gasto público ruim, o investimento baixo, o ambiente em geral desfavorável aos negócios, a corrupção e a violência.

Alta dos juros pelo mundo e incertezas sobre a China estão por trás da perda de ritmo na região

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231215/>

Pequena indústria piora em 2023, mas vê ano que vem com otimismo

Rafael Vazquez

A alta taxa básica de juros, que alcançou o teto de 13,75% em agosto de 2022 e se manteve no mesmo patamar até agosto deste ano, acompanhada pelo crédito mais caro e pela perda no poder de compra dos consumidores, derrubou o índice de satisfação dos empresários das micro e pequenas indústrias de todo o Brasil ao longo de 2023. De acordo com a pesquisa nacional do Simpi, elaborada pelo Datafolha, o índice de satisfação do setor subiu dois pontos no levantamento de outubro e novembro frente ao trimestre anterior, de 124 para 126 pontos, mas permanece abaixo dos 135 pontos observados no mesmo período do ano passado. O índice vai de 0 a 200 pontos.

"A taxa de juros, a dificuldade de acesso ao crédito, principalmente para grandes empréstimos, e a perda do poder aquisitivo formaram uma bomba atômica que conduziram a este cenário", afirma o presidente do Sindicato da Pequena e Micro Indústria (Simpí), Joseph Couri. "Se olharmos o cenário para frente, os dados apontam uma inversão total nessa curva", acrescenta.

Segundo o levantamento, na comparação com a previsão feita no fim de 2022 para este ano, os empresários ou diretores das companhias do setor agora se mostram menos pessimistas, com queda de 31 % para 17% no índice dos que esperam por um ano pior, enquanto o índice dos que esperam um ano melhor passou de 50% para 57%. Entre as empresas do Centro-Oeste e do Norte que responderam a pesquisa, 72% esperam que 2024 será melhor para os negócios. No Nordeste, o índice atingiu 65%, enquanto no Sudeste ficou em 57% e no Sul, 46%.

Outro indicador positivo destacado pelo Simpi para o ano que vem é o índice de contratação e demissão das micros e pequenas indústrias, que passou de 100 para 106 pontos em relação ao bimestre anterior. É o melhor resultado do ano para este índice, que volta ao patamar de novembro de 2022 (106 pontos). Segundo Couri, a alta sinaliza que as fábricas se preparam para um final de 2023 mais aquecido e um 2024 mais promissor.

No ano que vem devemos ter um aumento do salário mínimo acima da **inflação**, o que significa aumento do

poder aquisitivo de uma forma pulverizada. Além disso, teremos o início do PAC com mais de R\$ 1 trilhão que começará a ser injetado na economia", comenta o presidente do Simpi.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231215/>